

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 127/2023
Data: 27/07/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
GARANTIDO NO PAC, TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ DEVE TER NOVOS PRAZOS PARA PUBLICAÇÃO DE EDITAL.....	4
PROJETO DO PARQUE VALONGO EM SANTOS SERÁ ENVIADO A CONSELHOS PARA APROVAÇÃO.....	5
VICE-GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO DESTACA PAPEL DE ZPE PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	6
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	8
MERCADO LIVRE DE ENERGIA BATE RECORDE DE MIGRAÇÕES NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023.....	8
EMPRESAS FAZEM PREPARATIVOS FINAIS PARA LANÇAMENTO DE PLATAFORMA SOLAR OFFSHORE NO MAR DO NORTE.....	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
CONSULTA PÚBLICA - ANTAQ INICIA PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA PARA INVENTÁRIO DE BASE DO PLANO DE DADOS ABERTOS.....	10
DIRETOR-GERAL DESTACA ATIVIDADES DA ANTAQ EM LANÇAMENTO DO GT DE NEGÓCIOS OCEÂNICOS.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	12
TRÂNSITO - SENATRAN FORTALECE INTEGRAÇÃO COM DEPARTAMENTOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS.....	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	13
EDITORIAL – EDUCAÇÃO, PROGRESSO E SUSTENTABILIDADE.....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	13
<i>Premiação I</i>	13
<i>Premiação II</i>	14
<i>Premiação III</i>	14
<i>Debate</i>	14
<i>ACS/EUA</i>	14
NACIONAL - STARTUPS BRASILEIRAS DE H2V GANHAM ACELERAÇÃO EM PROGRAMA COM A ALEMANHA.....	14
NACIONAL - DIRETOR-GERAL DESTACA AÇÕES DA ANTAQ EM LANÇAMENTO DE GT DE NEGÓCIOS OCEÂNICOS.....	15
NACIONAL - BRASIL EXPORT E ANTT VÃO LANÇAR CURSO PARA EXECUTIVOS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE.....	16
REGIÃO SUL - ANTAQ PUBLICA EDITAL QUE AUTORIZA CONSTRUÇÃO DO PORTO MERIDIONAL, NO LITORAL GAÚCHO.....	17
REGIÃO SUL - ITAPOÁ: MOVIMENTAÇÃO NO PORTO CRESCE 18% NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO.....	18
REGIÃO SUDESTE - REVITALIZAÇÃO DE TRECHO DA ÁREA PORTUÁRIA DE SANTOS DEVE COMEÇAR EM SETEMBRO.....	19
REGIÃO SUDESTE - ACS REALIZA ENCONTRO DA FRENTE PRÓ-ACESSOS TERRESTRES AO PORTO DE SANTOS.....	21
REGIÃO CENTRO-OESTE - BRADO VAI INICIAR OPERAÇÃO DE CONTÊINERES VIA FERROVIA NORTE-SUL.....	22
OPINIÃO – ARTIGOS - MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE – UMA EQUAÇÃO COMPLEXA.....	23
OPINIÃO – ARTIGOS - A AMAZÔNIA COMO ALMOXARIFADO.....	26
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	27
DIRETORA DE SUSTENTABILIDADE DA HIDROVIAS DO BRASIL PARTICIPA DO PODCAST “O QUE VOCÊ FARIA?” DO ISE BUSINESS SCHOOL.....	27
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS REALIZA ENCONTRO DA FRENTE PRÓ-ACESSOS TERRESTRES AO COMPLEXO DO PORTO DE SANTOS.....	28
FUNDO APROVA DISTRIBUIÇÃO DE R\$ 12,7 BILHÕES DO LUCRO DE 2022 AOS TRABALHADORES.....	28
PORTO DE CABEDELO MOVIMENTA QUASE 60 MIL T DE PETCOKE E PROJETA NOVO MÊS DE SUCESSO.....	29
CODEBA APRESENTA NOVO GERENTE DO PORTO DE ILHÉUS.....	30
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS.....	30
GUIANA ADIA SEU 1º LEILÃO DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS DE ÓLEO E GÁS PARA SETEMBRO.....	30
PETROBRAS E ABIQUIM SE APROXIMAM PARA DISCUTIR PLANO DE RETOMADA DA INDÚSTRIA QUÍMICA.....	32
PLATAFORMAS, GÁS E REFINO VÃO MOVIMENTAR INDÚSTRIA.....	33
JORNAL O GLOBO – RJ.....	35
GOVERNO FECHA O 1º SEMESTRE COM ROMBO DE R\$ 42,5 BI NAS CONTAS.....	35
EM MEIO A FRITURA, PRESIDENTE DA CAIXA DIZ QUE É “TEIMOSA” E CONTINUARÁ NO CARGO.....	36
TEBET BLOQUEIA R\$ 2,6 BILHÕES DO MINISTÉRIO DE HADDAD E VAI À FAZENDA EXPLICAR O CORTE.....	37
NOVAS REGRAS DE SOCORRO A ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÃO ENVIADAS EM ÚNICO PROJETO À CÂMARA. VEJA AGENDA APÓS O RECESSO.....	38
IMETAME INAUGURA NO ESPÍRITO SANTO A PRIMEIRA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO PRIVADA DO PAÍS.....	39
HADDAD DIZ QUE HÁ UMA ‘COLEÇÃO DE FATORES’ PARA A QUEDA NA TAXA BÁSICA DE JUROS.....	40
IMETAME INAUGURA NO ESPÍRITO SANTO A PRIMEIRA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO PRIVADA DO PAÍS.....	41



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 127/2023
Página 3 de 60
Data: 27/07/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	42
BRASIL COMEÇA A EXPORTAR 'LÍTIO VERDE' E ATRAI MULTINACIONAIS PARA O VALE DO JEQUITINHONHA	42
GOVERNO CENTRAL REGISTRA DÉFICIT DE R\$ 45,2 BILHÕES EM JUNHO	48
VALOR ECONÔMICO (SP)	49
HIDROGÊNIO VERDE, VETOR PARA REINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	49
ANP CONSIDERA NECESSÁRIO INVESTIR MAIS NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO	51
LULA TENTA MINIMIZAR DESGASTE COM POSSÍVEL PERDA DE ESPAÇO DO PSB	52
BBM LOGÍSTICA E JSLINVESTEM R\$ 240 MILHÕES PARA ATENDER CONTRATOS DA CMPC	54
REFORMA TRIBUTÁRIA AUMENTARÁ A CARGA DE IMPOSTOS DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	54
PORTAL PORTOS E NAVIOS	56
ESTALEIRO SÃO MIGUEL PREVÊ FECHAR 2023 COM NÚMERO MAIOR DE DOCAGENS.....	56
SUNGAS INVESTIRÁ US\$ 2 BILHÕES EM USINA DE METANOL VERDE PARA ABASTECER OS NAVIOS DA MAERSK.....	57
PEDIDOS DE CONSTRUÇÃO NAVAL PARA PETROLEIROS DE PRODUTOS AUMENTAM EM 2023	58
ARTIGO - O FUTURO COM A CHEGADA DO HIDROGÊNIO VERDE	58
SETOR DE EMBARCAÇÕES RECREATIVAS NO BRASIL TERÁ AUMENTO DE 200% NA PRODUÇÃO ATÉ 2025	59
PPSA DOBRA ARRECADAÇÃO PARA A UNIÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	60
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	60



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GARANTIDO NO PAC, TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ DEVE TER NOVOS PRAZOS PARA PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Presidente da Autoridade Portuária explica o que muda com adoção de PPP para o projeto de ligação seca

Por: **Ted Sartori**



Atualização do valor total para construção do túnel é de R\$ 4,5 bilhões, segundo Pomini. Foto: Vanessa Rodrigues

O túnel entre Santos e Guarujá estará entre as obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que será lançado pelo Governo Federal em 11 de agosto. O ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa, anunciou a inclusão na terça-feira, mas A Tribuna apurou que o prazo de início do processo pode ser adiado em um ano.

“Estamos dialogando com Estado de São Paulo, com ministro dos Portos, mas ela deve ser feita numa modelagem de PPP (parceria público-privada), utilizando inclusive recursos que o Porto de Santos tem, porque isso vai ajudar muito na trafegabilidade do Porto também, além de, evidentemente, melhorar a mobilidade urbana”, afirmou Costa, em entrevista para a BandNews TV. O investimento anual no programa deve girar em torno de R\$ 60 bilhões, em um total de R\$ 240 bilhões ao longo de todo o Governo Lula.

Ontem, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, explicou para A Tribuna que a discussão está somente em torno da modelagem jurídica.

“Essa inclusão da obra como prioridade permite que ela ganhe a celeridade necessária e, além disso, receba o aporte financeiro necessário. A boa notícia é que passou a ser prioridade, além da Autoridade Portuária, do Ministério de Portos e Aeroportos e também do Governo Federal. O que se discute é a modelagem jurídica: se será uma PPP ou uma obra pública. O Governo Federal defende a modelagem de PPP. O importante é que, agora, a obra sairá do papel, inclusive com apoio do Governo Federal”.

A atualização do valor total para construção do túnel é de R\$ 4,5 bilhões, segundo Pomini. No caixa da APS há, pelo menos, R\$ 2,5 bilhões. A entrada dos R\$ 2 bilhões, originários do Governo Federal, está prevista para 2024 ou 2025. “É a própria Autoridade Portuária quem inicia o procedimento”, completa Pomini.

Com início das obras para 2024 e término quatro anos depois, em 2028, o túnel pode sofrer atraso de um ano para começar o processo em razão da burocracia envolvendo justamente a modelagem.

“No formato de PPP, muda porque é possível que a gente tenha que remodelar o formato de PPP em parceria com o TCU (Tribunal de Contas da União) e a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Se for obra pública, não: publicaríamos o edital e o TCU funcionaria como órgão de controle externo. No formato de PPP, preciso inverter um pouco o início dos trabalhos e a ordem das formalidades. Então, certamente teremos uma maior formalidade a ser enfrentada. Então, nosso cronograma que previa a publicação do edital para este ano ou começo do próximo, certamente deverá ser estendido para final do próximo ano”, detalha Pomini.

Estado e Ministério

Em nota para A Tribuna, o Governo do Estado explicou que “participou de reuniões para apresentar projetos que pudessem compor a carteira do Programa de Aceleração do Crescimento, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. O túnel submerso entre Santos e Guarujá foi uma das indicações e, agora, o Governo Estadual aguarda formalização da inclusão do empreendimento sugerido”.

O Estado também lembrou que “o projeto está qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e deverá ser executado por meio de parceria público-privada (PPP), com valor de investimento estimado em cerca de R\$ 6 bilhões”.

Por fim, o Governo Paulista informou que “o empreendimento já tem projeto executivo validado por duas consultorias internacionais especializadas na elaboração de projetos de alta complexidade de engenharia e licença ambiental prévia. Diante disso, o Governo de São Paulo está trabalhando junto ao Federal para viabilizá-lo”.

O Ministério de Portos e Aeroportos também foi procurado, mas não respondeu até o fechamento da matéria. A Tribuna apurou que, em Brasília, o trabalho de convencimento por parte do ministro Márcio França surtiu efeito em âmbito federal, contribuindo para que o túnel Santos-Guarujá fosse elencado como prioridade pela União.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 27/07/2023

PROJETO DO PARQUE VALONGO EM SANTOS SERÁ ENVIADO A CONSELHOS PARA APROVAÇÃO

Secretário de Desenvolvimento Urbano diz que mapeamento dos armazéns e das duas casas de pedra foi concluído

Por: Bárbara Farias



A atualização sobre o andamento do projeto foi divulgada ontem à noite, durante a segunda audiência pública sobre o equipamento turístico, realizada na Associação Comercial de Santos (ACS), no Centro da Cidade Foto: Sílvio Luiz/AT

A Prefeitura de Santos concluiu o mapeamento dos armazéns e das duas Casas de Pedra situados na área dos antigos armazéns 4, 5 e 6, onde será construído o Parque Valongo. A etapa seguinte será o envio, nas próximas semanas, do projeto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa), ao

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para aprovação.

A atualização sobre o andamento do projeto foi divulgada ontem à noite, durante a segunda audiência pública sobre o equipamento turístico, realizada na Associação Comercial de Santos (ACS), no Centro da Cidade.

“Conseguimos mapear todos os edifícios, os armazéns e as Casas de Pedra e já nas próximas semanas daremos entrada nos órgãos de defesa para obter a aprovação final. A gente já tem as consultas prévias aprovadas, o master plan, mas agora vamos no detalhe, aprofundando os projetos para essa apreciação, para que as obras comecem o mais rápido possível”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Farinello.

Ele explicou que a área dos antigos armazéns 4, 5 e 6 não é tombada, e sim protegida por legislação municipal, dentro do Programa Alegria Centro, o que permite a revitalização e torna o processo de aprovação pelos órgãos de defesa mais célere.

"A legislação municipal garante a proteção da paisagem urbana. É um conjunto arquitetônico todo regado por lei, diferente de um tombamento específico, como, por exemplo, a Bolsa Oficial de Café, cujo edifício é tombado em mais de uma esfera de conselho — municipal, estadual e federal. Esses armazéns não são tombados de forma individual, eles fazem parte de um plano de revitalização, de conservação da paisagem como um todo, algo um pouco mais flexível".

Farinello explicou ainda que foram instituídos níveis de proteção no Programa Alegria Centro que permitem tipos diversos de intervenção.

"O NP1 é o mais restritivo. Já no NP2 e no NP3, as restrições são mais brandas. Os armazéns têm uma proteção mais branda, que permite as revitalizações. O pátio do Armazém 4 será restaurado e outras partes acabarão modernizadas para abrigar os novos usos. É o que a gente chama de retrofit (técnica de revitalização de construções antigas), trazendo um equipamento em desuso para o momento atual, dando uma nova ocupação".

O secretário disse ainda que a pasta estudará a implementação de visitas técnicas à área dos armazéns para que os interessados em dar contribuições ao projeto conheçam melhor o espaço.

A área dos armazéns 4, 5 e 6 foi cedida pela Autoridade Portuária de Santos à Prefeitura para a construção do Parque Valongo, que consiste na restauração do Armazém 4, na construção de uma praça pública na linha d'água e no deslocamento da Casa de Pedra 2. Orçada em R\$ 15 milhões, a obra será custeada pela empresa chinesa Cofco International Brasil, por meio de um Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc) assinado com a Prefeitura.

As audiências públicas atendem ao estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Prefeitura de Santos e a APS e formalizado pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP).

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 27/07/2023

VICE-GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO DESTACA PAPEL DE ZPE PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ricardo Ferraço fala sobre Zona de Processamento de Exportação que será oficializada nesta quinta-feira (27)

Por: Ted Sartori



Foto: Divulgação

Governo do Estado Considerada um caminho com imenso potencial para a economia da Baixada Santista, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) está virando realidade em Aracruz, no Espírito Santo. A Tribuna conversou com o vice-governador e secretário de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo, Ricardo Ferraço, para saber das particularidades deste empreendimento. A assinatura da resolução que cria a primeira ZPE privada do Brasil acontece nesta quinta-feira (27), com a presença do vice-presidente da

República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), em agenda no estado capixaba.



Qual será a importância da ZPE para a economia do Espírito Santo?

ZPEs são áreas de livre comércio destinadas à produção de bens para exportação e à prestação de serviços vinculados à atividade exportadora. São como polos industriais com a finalidade de desenvolver a cultura da exportação, fortalecem a balança comercial, dinamizam a economia. As ZPEs contribuem para o desenvolvimento local e para a diminuição das desigualdades regionais. A finalidade destes polos industriais está em sintonia com a missão e o trabalho do Governo do Espírito Santo, que é promover ações que possam contribuir para o equilíbrio econômico em todas as regiões capixabas. Este polo industrial dedicado à exportação que será instalado em Barra do Riacho, no município de Aracruz, ficará a 13 quilômetros dos portos da região e, por certo, vai atrair outras tantas empresas para o estado, gerando oportunidades e emprego a quem vive aqui. Atualmente, o Brasil tem 11 ZPEs autorizadas a funcionar, duas já em operação, em Pecém (CE) e Parnaíba (PI), e a de Aracruz será a primeira ZPE privada do País, com capacidade de expansão para até 5 milhões de metros quadrados.

A administração da ZPE capixaba ficará a cargo do Grupo Imetame. O Poder Público participará de alguma forma?

É importante destacar que o Espírito Santo tem vocação e muito destaque no comércio exterior. É um arranjo bem estabelecido, com uma pauta diversificada e a Zona de Processamento de Exportação surge num momento bem planejado para agregar valor ao produto exportado, com maior faturamento e conseqüentemente, maior renda para quem trabalha. Em março, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o edital de chamamento público para a criação da primeira ZPE privada no País. O Grupo Imetame apresentou projeto, será responsável pela ZPE, deverá garantir a infraestrutura necessária para sua operação e, além disso, irá selecionar as indústrias a serem instaladas ali. A participação governamental está em consolidar um ambiente favorável para negócios, mantendo a autoridade e equilíbrio nas contas para atrair investidores, empreendedores, favorecendo novas oportunidades.

Quando ela entrará efetivamente em funcionamento?

De acordo com o Grupo Imetame, já há demanda para instalação de indústrias, uma delas voltada ao mercado de rochas ornamentais, que é um tradicional setor econômico capixaba. A área de instalação da ZPE recebe melhorias para receber as empresas e, muito em breve, os administradores da unidade apresentarão empresas investidoras.

A luta pela ZPE em Aracruz é antiga e teve participação sua nesse processo ao longo do tempo... Estratégica para a economia capixaba e para o desenvolvimento regional, a pauta sobre implantação da ZPE é de competência do Governo Federal. Porém, como agente público, o Estado tem a missão de acompanhar o assunto e estar próximo das discussões. O principal papel da Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo é garantir que o ambiente econômico seja favorável a negócios, investimentos e apoiar o empreendedor da melhor forma para que tenha sucesso e também possa gerar emprego e renda aos capixabas. A atuação da nossa pasta está em sintonia com a criação da ZPE e abrange a prospecção de novos projetos, de investidores para que se estabeleçam no Estado. A atuação governamental é constante nesse processo, por diversas vezes com acompanhamento e encaminhamento do processo no Conselho da Zona de Processamento de Exportação.

Por que a escolha de Barra do Riacho, em Aracruz, para abrigar a ZPE?

Aracruz abriga um polo industrial que está em constante desenvolvimento e a área da ZPE fica próxima a grandes empresas como Suzano, Imetame, estaleiro Jurong e do Portocel, importante estrutura de comércio internacional. Além desse terminal portuário existente, está em construção Porto da Imetame e há ainda área da Vports (antiga Codesa) com potencial para novas estruturas. Ao lado de Aracruz tem Linhares, outro município com um conjunto significativo de indústrias, e com aeroporto regional. A região da ZPE conta ainda com acessos de eixos rodoviários estaduais e está próxima à BR-101 e à Ferrovia Vitória-Minas.

Oportunidade

O desenvolvimento de ZPEs segue um padrão baseado em parcerias com cadeias globais de valor, ampliando as exportações para mercados mundiais e trazendo níveis muito maiores de escalas de



produção, ampliando a participação do Brasil na competitividade de produtos industrializados com maior tecnologia e inovação. A ZPE de Santos tem uma característica muito particular em relação a outras já desenvolvidas e em desenvolvimento no restante do País, pois deve trazer também soluções para gargalos de capacidade em áreas de armazenagem para o Porto de Santos e um conjunto de soluções de integração intermodal dos sistemas rodoviário e ferroviário de acesso ao Porto, que representam hoje gargalos preocupantes para o desenvolvimento do complexo portuário"

Luis Claudio Santana Montenegro, consultor portuário, engenheiro civil e mestre em Engenharia de Transportes

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/07/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCADO LIVRE DE ENERGIA BATE RECORDE DE MIGRAÇÕES NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023

CCEE indica entrada de 3.330 unidades consumidoras no período, sobretudo de empresas ligadas ao comércio, serviços e indústria alimentícia

Informações: TN Petróleo

Balanço da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE confirma o crescimento acelerado do mercado livre, que já representa mais de 37% da demanda total de eletricidade do país e tem atraído cada vez mais indústrias e empresas em busca de uma conta de luz mais flexível e personalizada.

O segmento ganhou 3.330 novas unidades consumidoras no primeiro semestre de 2023, volume recorde que representa um avanço de 52% na comparação com a primeira metade do ano passado. Ao final de junho, o ambiente acumulava 34,4 mil indústrias e estabelecimentos comerciais. A maioria é dos ramos de comércio, serviços e alimentos, que estão de olho na possibilidade de ter maior poder de decisão sobre o seu fornecimento de energia.

A maior parte desses novos pontos ainda está concentrada no Sudeste e Sul do país, regiões onde a industrialização é mais intensa. Porém, a CCEE chama atenção para um avanço significativo em estados como Pernambuco, Goiás e Ceará, que se tornam mercados com bom potencial de crescimento a partir da redução dos requisitos para migração de consumidores e da própria pulverização do ambiente livre.

“No mercado livre os clientes podem escolher o seu fornecedor. Essa liberdade permite negociar prazos, valores, comprar energia sob demanda e de fontes renováveis. Ainda é um segmento restrito aos grandes consumidores, mas estamos trabalhando para que fique acessível para toda a sociedade”, diz Talita Porto, Vice-Presidente do Conselho de Administração da CCEE.

A partir de janeiro de 2024, todos os consumidores ligados na alta tensão terão a opção de migrar para o ambiente, independentemente da sua demanda. Essa mudança está prevista na Portaria 50/2022, do MME, que recebeu contribuições da CCEE. Com essa novidade, a Câmara de Comercialização estima um potencial de 72 mil novos pontos de consumo que terão viabilidade para escolher mudar para o segmento.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 27/07/2023

EMPRESAS FAZEM PREPARATIVOS FINAIS PARA LANÇAMENTO DE PLATAFORMA SOLAR OFFSHORE NO MAR DO NORTE

Informações: *PetroNotícias*



As empresas parceiras do projeto SeaVolt (Tractebel, DEME e Jan De Nul) estão fazendo os preparativos finais para instalar sua primeira plataforma offshore de teste de energia solar no Mar do Norte. O sistema de flutuação da plataforma está atualmente localizado no porto de Ostende, na costa belga do Mar do Norte, onde a empreiteira Equans está finalizando a montagem. A plataforma de teste será a primeira instalação no Mar do Norte belga destinada ao desenvolvimento em larga escala de energia solar offshore e está programada para ser rebocada, ancorada e colocada em operação para coletar dados por pelo menos um ano a partir de agosto.

Ao contrário das instalações solares flutuantes existentes em lagos, a SeaVolt desenvolveu um conceito especificamente adaptado às condições do mar agitado. Com seu design modular, a tecnologia é considerada altamente adequada para instalação como complemento de parques eólicos offshore. Os parceiros da SeaVolt, juntamente com a Universidade de Ghent (UGENT), estão prontos para realizar testes em mar aberto durante todo o ano.

Essa instalação de prova de conceito reunirá dados cruciais sobre o impacto das ondas, chuva e maresia em vários painéis solares com diferentes configurações de painéis solares. Além disso, o impacto das variações de inclinação, causadas por ondas e vento, na produção de energia será monitorado de perto. O teste visa determinar o nível de proteção necessário para proteger os painéis solares da água do mar e excrementos de pássaros, informaram os parceiros do projeto SeaVolt.

“Estamos entusiasmados em lançar a tecnologia SeaVolt, que representa o culminar de anos de trabalho árduo e inovação em tecnologia fotovoltaica offshore junto com nossos parceiros. Ao entrarmos na fase de testes offshore, estamos ansiosos para ver no que essa tecnologia se tornará”, disse o CEO do Jan De Nul Group, Julie De Nul. “A plataforma flutuante de teste de energia solar é uma etapa crucial no desenvolvimento de uma solução confiável e sustentável. Serve como um laboratório para adquirir conhecimento e impulsionar ainda mais o desenvolvimento tecnológico. Acreditamos que o SeaVolt tem potencial para desempenhar um papel crucial na otimização do uso do espaço no mar, complementando os parques eólicos offshore. Estamos entusiasmados em moldar o futuro da energia renovável e contribuir para um futuro mais sustentável”, acrescentou.

SeaVolt-partners-set-to-launch-offshore-solar-platform-in-the-North-Sea Além dos testes técnicos, a instalação de teste do SeaVolt também abordará aspectos ecológicos. Vários materiais serão avaliados com base na prevenção de efeitos adversos no ambiente marinho. Os resultados do teste determinarão a seleção de materiais para desenvolvimento posterior. É importante não apenas minimizar a fixação de crescimento marinho excessivo ao flutuador para manter sua flutuabilidade. Por fim, serão realizados testes específicos para avaliar a combinação dos sistemas floater com o cultivo de mexilhão e cultivo de ostras, que apresentam desafios específicos.

Como esse teste contém apenas alguns painéis solares para uma construção de flutuador bastante grande, não deve ser visto como um primeiro protótipo em escala real. É antes um laboratório para adquirir conhecimento e impulsionar o desenvolvimento tecnológico, segundo os parceiros do projeto SeaVolt.

O potencial significativo da energia solar offshore também é reconhecido internacionalmente. Ele chamou a atenção dos planos europeus do Green Deal, com o anúncio do governo holandês de ter 3 GW de energia solar offshore em operação até 2030 e projetos concretos em desenvolvimento de até 100 MW. O desenvolvimento tecnológico é essencial para alcançar essas ambições. Com este

teste offshore, a SeaVolt está dando o passo inicial crítico para avançar ainda mais a energia solar flutuante marinha em grande escala.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 27/07/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

CONSULTA PÚBLICA - ANTAQ INICIA PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA PARA INVENTÁRIO DE BASE DO PLANO DE DADOS ABERTOS

Contribuições servirão para indicar ordem de prioridade de dados contidos no Inventário de Bases do PDA da Agência



O período de contribuições inicia-se hoje e seguirá até o dia 13/08

Brasília - 27/07/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou a realização da Consulta Pública 04/2023 referente ao Inventário de base do Plano de Dados Abertos (PDA), para o período 2023-2025 da Autarquia.

A deliberação, assinada ad referendum pelo diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (27). As contribuições recebidas servirão para elaboração da matriz de priorização e cronograma de abertura de bases do PDA, que será publicado posteriormente após aprovação da autoridade máxima do órgão.

O período de contribuições inicia-se hoje e seguirá até o dia 13/08. O objetivo da consulta pública é indicar por ordem de prioridade, 1(uma) até 15(quinze) bases de dados contidas no Inventário de Bases do PDA da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para o biênio 2023/2025, em consonância com a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

O Inventário de Bases 2023-2025 estará disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/audiencias-publicas-em-andamento/consulta-publica-no-04-2013-1>.

Serão consideradas pela Agência apenas as indicações de base de dados para publicação que tenham por objeto o Inventário de Bases colocado em consulta pública. As indicações poderão ser dirigidas à ANTAQ exclusivamente pelo e-mail pda@antag.gov.br conforme as orientações contidas no sítio <https://www.gov.br/antag/pt-br>, não sendo aceitas indicações enviadas por outro meio.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) da Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 27/07/2023

DIRETOR-GERAL DESTACA ATIVIDADES DA ANTAQ EM LANÇAMENTO DO GT DE NEGÓCIOS OCEÂNICOS

Eduardo Nery falou dos principais estudos e ações da agência para fomentar práticas sustentáveis no setor aquaviário



Eduardo Nery participou da cerimônia de abertura do lançamento do GT de Negócios Oceânicos

Brasília 26/07/2023 - Ações de governança, sinergia entre as instituições e ações promovidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para descarbonização dos portos, fortalecimento da Economia Azul e sustentabilidade no transporte de cargas.

Esses foram os principais assuntos tratados pelo diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, nesta quarta-feira (26), em sua fala de abertura durante o Lançamento do Grupo de Trabalho (GT) de

Negócios Oceânicos, organização integrante do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

O lançamento do GT aconteceu na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e faz parte da Plataforma de Ação pela Água e Oceano. O Grupo busca colaborar para a construção de uma agenda de governança em água e oceanos, engajando empresas na economia circular, visando ações para o net positivo da água e recuperação de recursos, em todos os materiais e produtos.

Segundo Nery, a Agência vem atuando em diversas frentes para fomentar práticas sustentáveis no setor aquaviário e estabelecer diretrizes para que o Brasil seja uma referência na elaboração de estudos relacionados à sustentabilidade.

“As ações e estudos que vem sendo desenvolvidos pela ANTAQ tem como objetivo colocar a agência como uma catalisadora de questões ambientais e climáticas. Também buscar alinhamento com as melhores práticas sustentáveis e desenvolvimento de estratégias para chegar em 2050 com padrão de carbono zero. Além disso, a nossa agenda ambiental trará propostas e estudos voltados a transição energética e a combustíveis avançados”, disse.

O diretor-geral da ANTAQ destacou ainda a necessidade de fomento das hidrovias na busca do equilíbrio sustentável da matriz de transporte. Afirmou que a Agência pretende entregar, em breve, a versão final do plano geral de outorgas de exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis no território nacional (PGO-Hidrovias).

“Em termos de sustentabilidade, seriam necessários 258 vagões, ou 515 carretas, para transportar o equivalente a 1 comboio em transporte aquaviário. A valorização das hidrovias é importante para o equilíbrio da matriz de transportes brasileira e da economia verde no país. A ANTAQ elaborou um PGO voltado ao setor hidroviário e, em breve, vamos entregar a versão final do documento”, falou.

Além do diretor-geral da ANTAQ, o encontro contou com a presença da superintendente de Desempenho, Sustentabilidade e Inovação (SDSI), Cristina Souza. Ela destacou a importância da pauta na busca do crescimento da Economia Azul no mundo.

“Muito feliz em participar de uma pauta fundamental sobre negócios oceânicos. Entender a economia azul, a partir da descarbonização dos portos brasileiros, pensar no benefício social e sustentabilidade ambiental é atuar no bem individual integrado ao desenvolvimento coletivo. E, para isso, políticas de ESG claras permitirão adequação ética empresarial, responsabilidade social e compromisso ambiental”.



Sobre o Pacto Global

Pacto Global é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações aos Dez Princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade.

É uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras. Conta com mais de 16 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em 70 redes locais, que abrangem 160 países. Vale lembrar que o Brasil é terceira maior signatária de empresas aderentes ao Pacto Global.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 27/07/2023



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

TRÂNSITO - SENATRAN FORTALECE INTEGRAÇÃO COM DEPARTAMENTOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS

Intenção é usar os encontros periódicos e regulares para aproximar os órgãos e alinhar ações de forma estratégica



Entre outros assuntos, reunião discutiu campanhas educativas para 2024 - Foto: Márcio Ferreira/MT

Afim de aperfeiçoar a integração do Sistema Nacional de Trânsito e promover o fortalecimento das políticas voltadas para o setor, a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) promoveu, na terça-feira (25), a 13ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente dos Detrans, com participação de autoridades de trânsito de todo país.

O encontro é uma ferramenta essencial para estimular uma aproximação da Senatran com os departamentos de trânsito (Detrans) de todas as unidades federativas que, por sua vez, buscam aprimorar o atendimento à população. “É muito importante esse contato mais direto com representantes de Detrans de todo país para que possamos alinhar objetivos de modo a melhorar cada vez mais a segurança no trânsito”, avaliou o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

Na reunião, foram abordados assuntos como a atualização da resolução do Contran nº 789/20, sobre formação de condutores; a incorporação de tecnologias entre a Senatran e os Detrans para o aumento da segurança no trânsito; campanhas educativas para 2024; e assuntos relacionados ao Cadastro Positivo do Bom Condutor.

O Fórum Permanente dos Detrans tem como um de seus objetivos primordiais o estreitamento da relação institucional entre a Senatran e os órgãos e entidades executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal e é realizado periodicamente no Ministério dos Transportes, com participações presenciais e por videoconferência das autoridades de trânsito e seus eventuais substitutos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 27/07/2023



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – EDUCAÇÃO, PROGRESSO E SUSTENTABILIDADE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A busca por um futuro sustentável é um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade atual. Diante da urgência em promover práticas conscientes e responsáveis, o Brasil Export e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anunciaram uma iniciativa promissora que visa capacitar executivos na área de Sustentabilidade. Em parceria com a conceituada School of Business and Economics, em Lisboa, Portugal, o lançamento desse curso representa um grande passo na construção de uma liderança comprometida com a causa ambiental e social.

O anúncio foi feito durante a live “Boas práticas ESG no transporte ferroviário”, evento promovido pelo Brasil Export em parceria com a agência reguladora. Essa oportunidade de formação de líderes conscientes é um marco importante no cenário empresarial brasileiro, colocando em pauta a relevância das práticas ESG (sigla em inglês para se referir a boas práticas nas áreas ambiental, social e de governança) para o setor de transportes e para o desenvolvimento sustentável do país.

O intercâmbio presencial em Portugal, vinculado à School of Business and Economics, proporcionará aos participantes uma valiosa experiência com as melhores práticas e especialistas renomados no campo da sustentabilidade. A escolha estratégica de Portugal é justificada, pois a Europa se destaca nas discussões sobre sustentabilidade, e o país vem sendo protagonista em importantes iniciativas, com metas definidas para 2030.

A formação de líderes conscientes por meio desse curso se torna essencial para aplicar os conhecimentos adquiridos no setor ferroviário. Como destacado durante a live, discutir ESG nesse segmento é um passo primordial para alcançar um transporte mais eficiente e menos impactante ao meio ambiente.

Atualmente, o modal rodoviário é responsável por mais de 90% das emissões de CO2 no sistema de transporte terrestre, tornando urgente a necessidade de tornar o setor mais sustentável. Nesse contexto, o transporte ferroviário surge como uma alternativa promissora para mitigar essas emissões e contribuir para a preservação do meio ambiente.

Durante a live, foram evidenciadas algumas iniciativas que visam reduzir a emissão de CO2 e mitigar os impactos da atividade ferroviária, como o uso de trens mais longos, capazes de transportar mais carga utilizando menos combustível, e novas tecnologias, como o double stack, com vagões de dois andares.

A iniciativa do curso de Sustentabilidade aliada às práticas ESG no setor ferroviário reflete um compromisso genuíno com a construção de um futuro responsável. Através de ações concretas e da disseminação do conhecimento, esse esforço conjunto visa unir o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e a inclusão social. Somente com lideranças capacitadas e conscientes, o modal poderá se tornar uma força transformadora rumo a um transporte mais sustentável e um futuro promissor para todos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PREMIAÇÃO I

A Santos Brasil foi o grande destaque da edição 2023 do ranking Lan American Executive Team, elaborado pela conceituada publicação norte-americana Institutional Investor. A operadora portuária

e logística foi premiada em oito categorias dedicadas a empresas small caps do setor de Transportes. Além disso, conquistou a distinção de “Most Honored Company” pelo sucesso cumulativo em todos os rankings individuais.

PREMIAÇÃO II

As categorias nas quais a Santos Brasil garantiu o primeiro lugar foram as seguintes: Melhor CEO (Antônio Carlos Sepúlveda); Melhor CFO (Daniel Pedreira Dorea); Melhor profissional de RI (Juliano Navarro); Melhor Programa de RI; Melhor Time de RI; Melhor ESG; Melhor Conselho de Administração; e Melhor Analyst Day.

PREMIAÇÃO III

Já na classificação geral do setor de Transportes, que abrange small, mid e large caps da América Latina, a Santos Brasil ficou em segundo lugar, inclusive nas categorias de Melhor Programa de RI, Melhor Time de RI, Melhor CEO e Melhor CFO.

DEBATE

A Autoridade Portuária de Santos (APS) promove nesta sexta-feira, dia 28, a partir das 15 horas, o debate “Visão sustentável: Mudanças climáticas”. O evento realizado pela Gerência de Sustentabilidade da APS terá como convidada a engenheira agrônoma Eliana Kelly Pareja, doutora em Biologia e Ecologia das Alterações Globais e especialista em Planejamento e Gestão Ambiental. O debate será transmitido pela plataforma Teams.

ACS/EUA

A Associação Comercial de Santos (ACS) e o Consulado dos Estados Unidos promovem no próximo dia 2 de agosto o evento "Relação Brasil/EUA: Internacionalizando a sua empresa". Será um ciclo de palestras e debates em que representantes do órgão norte-americano falarão sobre oportunidades de mercado no país, em especial nos setores de Serviços, Saúde, Tecnologia, Comércio Exterior e Logística. Interessados em se inscrever para o evento podem obter mais informações no site da ACS (www.acs.org.br) e nas redes sociais da entidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023

NACIONAL - STARTUPS BRASILEIRAS DE H2V GANHAM ACELERAÇÃO EM PROGRAMA COM A ALEMANHA

Empresas terão apoio para desenvolver projeto-piloto focado na cadeia de hidrogênio verde

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A expectativa dos organizadores do programa é que nesta fase as startups selecionadas criem soluções que ajudem a impulsionar o mercado de hidrogênio verde Crédito: Divulgação

Oito startups brasileiras que estão trabalhando em projetos para desenvolver a cadeia do hidrogênio verde (H2V) foram selecionadas pela Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável para acelerar suas etapas.

A seleção foi por meio do programa de inovação iH2brasil, e as empresas irão agora para o seu terceiro ciclo de aceleração e poderão desenvolver o projeto-piloto de suas ideias. A expectativa dos organizadores do programa é que nesta fase as startups selecionadas ajudem a impulsionar o mercado de H2V, criando soluções para uma cadeia produtiva sólida e eficiente.

As startups selecionadas são: Delphys Partners, Protium Dynamics, NovoCell Sistemas de Energia, Aquapower, Rio Petróleo, Tecnoagro, Eidee Inova e Pix Force.



Além do apoio para impulsionar seus negócios e desenvolver um projeto-piloto focado na cadeia de hidrogênio verde, terão suporte técnico e regulatório para facilitar a projeção de suas soluções no mercado.

Segundo a Câmara de Cooperação, o objetivo do programa é fortalecer o ecossistema brasileiro de pesquisa, desenvolvimento e inovação, por meio do apoio a soluções que abrangem toda a cadeia produtiva do hidrogênio verde.

“Estamos muito felizes com os resultados alcançados pelas startups aceleradas nas primeiras edições e temos grandes expectativas em relação ao 3º ciclo. As oito startups selecionadas trouxeram ideias incríveis para o fomento do hidrogênio verde no Brasil”, disse Bernd dos Santos Mayer, coordenador do componente de inovação em hidrogênio verde do H2Brasil (GIZ Brasil).

Para Bruno Vath Zarpellon, diretor de inovação e sustentabilidade da Câmara Brasil-Alemanha, em São Paulo, o hidrogênio verde é uma das principais apostas globais para uma sociedade mais sustentável ao utilizar processos operacionais mais limpos.

O iH2brasil é uma iniciativa do projeto H2Brasil, que integra a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável e é implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), GmbH (GIZ Brasil) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Quem financia é o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e Aliança Brasil-Alemanha para o Hidrogênio Verde.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023

NACIONAL - DIRETOR-GERAL DESTACA AÇÕES DA ANTAQ EM LANÇAMENTO DE GT DE NEGÓCIOS OCEÂNICOS

Evento realizado na sede da Firjan faz parte da Plataforma de Ação pela Água e Oceano

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, destacou algumas ações da agência reguladora no âmbito da sustentabilidade no lançamento do Grupo de Trabalho (GT) de Negócios Oceânicos. O evento, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), faz parte da Plataforma de Ação pela Água e Oceano, que busca promover uma agenda de governança em água e oceanos.

Entre os principais assuntos tratados pelo diretor estão as ações de governança, sinergia entre as instituições e medidas promovidas pela Antaq para a descarbonização dos portos, o fortalecimento da Economia Azul e a busca por sustentabilidade no transporte de cargas.

Eduardo Nery destacou que a Antaq tem atuado em diversas frentes para impulsionar práticas sustentáveis no setor aquaviário e para posicionar o Brasil como referência na elaboração de estudos relacionados à sustentabilidade. Ele ressaltou o objetivo de alcançar um padrão de carbono zero até 2050 e de desenvolver estratégias voltadas à transição energética e aos combustíveis avançados.

Além disso, o diretor-geral abordou a importância do fomento das hidrovias para equilibrar a matriz de transporte no país. Ele anunciou que a Antaq planeja entregar em breve a versão final do plano geral de outorgas de exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis no território nacional (PGO-Hidrovias).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023

NACIONAL - BRASIL EXPORT E ANTT VÃO LANÇAR CURSO PARA EXECUTIVOS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE

Programa de formação será híbrido e terá parceria com escola de economia de Portugal
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião; o diretor da ANTT, Felipe Queiroz; e Renata Ramalho, representando a Rumo, foram alguns dos participantes da live Crédito: Aescom/ANTT

O Brasil Export e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) vão lançar um curso de formação em Sustentabilidade para executivos. A iniciativa terá como parceira a School of Business and Economics, uma das universidades mais importantes da Europa, localizada em Lisboa, Portugal.

A informação foi divulgada na quarta-feira (26), durante a live “Boas práticas ESG no transporte ferroviário”, promovida pela agência reguladora e pelo Brasil Export. A conversa foi transmitida ao vivo pelo Portal BE News.

O encontro online reuniu o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião; o diretor da ANTT, Felipe Queiroz; Francielle Pedrosa, gerente de Sustentabilidade, Relacionamento Institucional e Comunicação da VLI; Renata Ramalho, gerente executiva de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Rumo; e João Amaral, presidente do Conselho ESG do Brasil Export.

Além do anúncio do curso, Felipe falou sobre o novo Ciclo ESG da ANTT, lançado em junho deste ano e que pretende acelerar a implementação de iniciativas ESG voltadas ao setor regulado. Já as representantes das concessionárias ferroviárias apresentaram as medidas que estão sendo aplicadas pelas empresas para bater as metas da agenda ESG, que contempla questões sobre governança, sustentabilidade e inclusão social no segmento.

João Amaral foi o responsável por adiantar algumas informações em relação ao programa de formação de líderes em sustentabilidade, que ainda está sendo formatado.

“Estamos concluindo algumas providências e formalidades. Acredito que até o final de agosto já teremos essa etapa concluída e faremos a divulgação no BE News”, explicou Amaral.

De acordo com ele, o curso de Formação em Sustentabilidade para Executivos será híbrido, com turmas de até 20 pessoas que terão acesso a módulos que acontecerão a cada 45 dias. “Isso dá uma formação de A a Z na agenda de sustentabilidade”, garantiu.

Para completar a jornada digital, haverá a etapa presencial, que será feita em Portugal, vinculada à School of Business and Economics, principal escola de negócios do país. O encerramento será em novembro, no WebSummit Lisboa, maior evento de inovação e tecnologia do mundo.

João destacou que o intercâmbio lusitano não terá a barreira do idioma (português), e que a Europa tem liderado as discussões em torno da sustentabilidade, mais um motivo que levou a decisão de escolher o país para a parceria.

“A Europa é o grande agente mundial de transformação na pauta de sustentabilidade. Temos todas as iniciativas da comunidade europeia que apontam para uma relevante e rápida transformação nesse sentido, com metas já para 2030”, ressaltou.

Amaral disse que o mundo vem passando por transformações voltadas ao meio ambiente e inclusão social e para que as empresas não fiquem para trás em relação às metas ESG, é preciso formar novas lideranças. “Para isso, só há uma forma de contribuir: através da educação”, declarou.

Apresentações

Em sua fala de abertura na live, o CEO Fabrício Julião destacou a importância de discutir ESG no segmento ferroviário.

“O transporte ferroviário tem um papel importantíssimo diante da matriz energética, da mudança na forma como o transporte vai se comportar de maneira geral. Temos uma expectativa que o transporte ferroviário cresça numa proporção maior que os outros modais daqui pra frente. Isso não anula o transporte rodoviário, mas gera um equilíbrio”, citou Julião.

Já o diretor da ANTT explicou que quando se fala em emissão de gás de efeito estufa no sistema de transporte terrestre, mais de 90% das emissões de CO2 são provenientes do modal rodoviário.

“Por isso é importante maior participação do setor ferroviário para diminuir essa emissão. O nosso desafio é equilibrar a matriz de transporte”, disse.

Renata Ramalho, gerente Executiva de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Rumo, apresentou algumas iniciativas que a empresa tem aplicado para reduzir a emissão de CO2 e mitigar os impactos da atividade, entre elas, o uso de trens mais longos, capazes de levar mais carga usando menos combustível, além de novas tecnologias, como o “double stack”, ou vagão de dois andares.

Francielle Pedrosa, gerente de Sustentabilidade, Relacionamento Institucional e Comunicação da VLI também apresentou as iniciativas ESG da empresa, que além da pauta de redução de emissão de carbono, trabalha com projetos sociais com as comunidades em torno das ferrovias de concessão da VLI e resgate e valorização da memória ferroviária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023

REGIÃO SUL - ANTAQ PUBLICA EDITAL QUE AUTORIZA CONSTRUÇÃO DO PORTO MERIDIONAL, NO LITORAL GAÚCHO

Expectativa é que novo terminal passe a entrar em operação em 2026

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



O projeto do novo Porto Meridional prevê a construção de um terminal de uso privado do tipo onshore, com capacidade de recebimento estimada em 40 mil toneladas
Crédito: Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou no Diário Oficial da União da última segunda-feira (24) o edital de autorização para construção e exploração do Porto Meridional, em Arroio do Sal, terminal privado localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Com a publicação por parte da agência, empresas interessadas terão um prazo de 30 dias para enviarem suas propostas. A estimativa é que sejam investidos R\$ 6 bilhões, através da iniciativa privada.

O projeto do novo porto prevê a construção de um terminal de uso privado do tipo onshore, com capacidade de recebimento estimada em 40 mil toneladas. Um dos diferenciais da obra é a inclusão de um calado inicial de 17 metros, o que permitirá que navios de cruzeiros marítimos atracuem no litoral gaúcho.

“Essa etapa era considerada fundamental para a obra. Ou seja, a partir de agora, o novo porto tem a chancela da Antaq de que a obra é viável e o projeto está pronto para seguir em frente. A notícia é fantástica para o Litoral Norte e, sobretudo, para a logística do Rio Grande do Sul. Teremos desenvolvimento industrial com a chegada de novas empresas, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável e sem perder as características turísticas e de preservação ambiental da região. É incalculável o desenvolvimento que essa obra trará”, analisou o deputado estadual Issur Koch (PP/RS), presidente da Frente Parlamentar em apoio ao Porto Meridional na Assembleia Legislativa.

Próximos passos

Após o edital da Antaq, a próxima etapa será a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). Depois disso, a construção deve ocorrer em 24 meses. A expectativa é que o primeiro navio deve atracar no porto em 2026.

“A Antaq cumpriu a promessa que me foi feita no início do mês. Essa publicação representa um passo importante em direção ao desenvolvimento do nosso estado. O novo porto irá transformar a realidade da região e trará benefícios comerciais e turísticos”, ressaltou o senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), que vem atuando em Brasília para a realização do futuro empreendimento no Rio Grande do Sul.

No mês de março, uma comitiva do Rio Grande do Sul esteve em Brasília junto com o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, para tratar da construção do novo empreendimento. Na ocasião, o Governo Federal se colocou à disposição para tratar do assunto com celeridade para a liberação dos processos.

O ministro, inclusive, afirmou que empresas operadoras de turismo estão com grande interesse em portos com calados superiores a 15 metros para receber navios de cruzeiro, como seria o caso de Arroio do Sal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023

REGIÃO SUL - ITAPOÁ: MOVIMENTAÇÃO NO PORTO CRESCE 18% NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO

Nos primeiros seis meses de 2023, terminal operou mais de 500 mil TEU

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



A importação de longo curso foi o vetor que teve maior crescimento, indo de 124.425 TEU no primeiro semestre de 2022 para 174.601 TEU nos seis primeiros meses do ano. Fotos: Divulgação/Porto Itapoá

SEGUNDO A AUTORIDADE PORTUÁRIA, A ESPANHA FOI O PAÍS QUE MAIS RECEBEU EXPORTAÇÕES OPERADAS PELO PORTO ITAPOÁ, CORRESPONDENDO A 8,2% DO TOTAL

O Porto de Itapoá, em Santa Catarina, movimentou 533.423 TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés) no primeiro semestre do ano. O resultado é 18% mais do que os 450.638 TEU no mesmo período do ano passado. De acordo com a Autoridade Portuária, o crescimento ocorreu tanto no sentido de importação como também de exportação.

Segundo dados divulgados pela Autoridade Portuária, a importação de longo curso foi o vetor que teve maior crescimento, indo de 124.425 TEU no primeiro semestre de 2022 para 174.601 TEU nos seis primeiros meses do ano, um aumento de 40%.

“O mix de cargas foi bastante variado, sendo que o setor de automóveis e peças automotivas foi responsável por 6,5% desse montante, enquanto o setor de tecidos, vestuários e calçados foi responsável por 6,5%. A China segue sendo um importante mercado para os importadores, sendo origem de mais 30% das importações que passaram pelo Porto Itapoá”, analisou o presidente do terminal catarinense, Cássio Schreiner.

A exportação de longo curso cresceu 24%, saltando de 122.982 para 152.954 TEU em 2023. Carnes congeladas ou refrigeradas foram o produto mais expressivo, correspondendo a 27% do total de exportações movimentadas.

“É um segmento em forte expansão, até por isso batemos nosso recorde histórico de exportação de cargas reefer em março, com 9.016 TEU”, comentou Schreiner.

Segundo a Autoridade Portuária, a Espanha foi o país que mais recebeu exportações operadas pelo Porto Itapoá, correspondendo a 8,2% do total.

Outro destaque para o primeiro semestre foi da cabotagem, que foi de 73.805 para 82.299 TEU, representando um aumento de 11%. A movimentação de veículos de transporte no gate também teve aumento, com 232.325 movimentos registrados, número 24% maior do que no mesmo período do ano anterior.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023

REGIÃO SUDESTE - REVITALIZAÇÃO DE TRECHO DA ÁREA PORTUÁRIA DE SANTOS DEVE COMEÇAR EM SETEMBRO

Segunda audiência pública promovida pela Prefeitura e pela APS discutiu o projeto do Parque Valongo

Por **CASSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



O secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Farinello, apresentou o projeto do Parque Valongo, que, segundo ele, já atrai interessados
Crédito: Carlos Nogueira/Prefeitura de Santos

A Prefeitura de Santos (SP) e a Autoridade Portuária de Santos promoveram na quarta-feira, dia 26, a segunda audiência pública sobre o projeto do Parque Valongo, que consiste na recuperação e revitalização da área dos antigos armazéns portuários, na região do Centro Histórico de Santos. No encontro, a Prefeitura anunciou interesse de players a respeito da possibilidade de uma roda gigante na área do futuro empreendimento, bem como a questão que envolve a mobilidade na região central do município. A Administração Municipal espera iniciar as obras de recuperação e revitalização do espaço em setembro.

Assim como aconteceu na primeira audiência pública, a apresentação na ACS ficou a cargo do secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Farinello, que afirmou que o projeto do Parque Valongo já atrai grandes interessados.

“Estrategicamente a primeira audiência (foi realizada) na casa dos arquitetos (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos). E agora, a segunda na casa não só dos empresários, mas do Centro como um todo, porque estamos de frente para o Parque Valongo. Coroa esse processo de consulta, embora tenhamos feito apresentações, debates, discussões em diversos âmbitos dentro e fora da Prefeitura. Estamos recebendo bastante contribuição e bastante visita de interessados”, afirmou o secretário.



Farinello disse ao BE News que já no mês de agosto, a Prefeitura de Santos irá se submeter ao Conselho de Defesa do Patrimônio, tanto no âmbito municipal quanto no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em níveis estadual e federal, respectivamente.

“Avançamos muito com os projetos. Queremos nos submeter nos próximos dias para que consigamos ainda no mês de agosto essas aprovações nos conselhos e iniciar a obra em setembro”, revelou.

Detalhes

Na apresentação, Glaucus Farinello confirmou que o antigo armazém 4, que será restaurado e revitalizado, será destinado a uma área gastronômica, com a instalação de restaurantes e outros serviços. Além disso, o espaço em que seriam os armazéns 5 e 6, terão espaços para áreas esportivas e também área de playground, a fim de trazer famílias com crianças para o novo empreendimento.

Farinello revelou que empresas que operam roda gigante no Brasil demonstraram interesse em colocar o equipamento no Parque Valongo.

“No segundo semestre haverá chamamentos públicos, licitações de concessões. Se tiver os interessados para a roda gigante, o espaço está lá apropriado para receber este tipo de equipamento”, disse.

Outro dos pontos questionados pelo público na audiência referiu-se à mobilidade urbana, principalmente para locais apropriados para estacionamento de veículos. Farinello afirmou que a Prefeitura vai incentivar o uso dos transportes públicos, mas revelou que há previsão de construção de um prédio com capacidade para receber até mil carros.

O presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, revelou que há o interesse da transferência do Museu do Porto de Santos para a área do Valongo, uma vez que o parque esteja completamente revitalizado. Segundo Farinello, a Prefeitura pensa em colocar um espaço para a Secretaria de Turismo e uma base da Guarda Civil Municipal e um dos espaços na Casa de Pedra 1.

Temas que envolvem as características da nova passarela ao futuro Parque, bem como a gestão do parque, visando o horário de visitação e responsabilidade de segurança do local, serão definidos no segundo semestre.

Projeto

A Autoridade Portuária de Santos concedeu as áreas dos armazéns 4, 5 e 6 para a Prefeitura, no qual será responsável pelo espaço com o novo projeto de revitalização. De acordo com o projeto, o armazém 4 será integrado ao Parque Valongo, tornando-se um espaço para atividades culturais e fomento de espaços para gastronomia. Já o espaço entre os antigos armazéns 5 e 6, que não existem mais, será utilizado para a construção da área aberta do projeto. A previsão é de que esta fase do parque seja entregue até julho de 2024.

O projeto do Parque Valongo é fruto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em março entre o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) e a Autoridade Portuária, com participação da Prefeitura, a convite do MP como forma de compensação pela atividade portuária no conjunto que está sob proteção ao patrimônio histórico cultural.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023

REGIÃO SUDESTE - ACS REALIZA ENCONTRO DA FRENTE PRÓ-ACESSOS TERRESTRES AO PORTO DE SANTOS

Objetivo da iniciativa é debater mudanças, melhorias e soluções para vias que levam ao complexo portuário

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



Compareceram à segunda reunião na sede da ACS os parceiros envolvidos na operação portuária que estão diretamente envolvidos com o problema dos acessos ao porto Crédito: Divulgação/ACS

A Associação Comercial de Santos (ACS) promoveu a segunda reunião para debater mudanças, melhorias e soluções viáveis nos acessos terrestres ao Porto de Santos (SP). O encontro do grupo denominado Frente Pró-Acessos Terrestres ao Porto de Santos foi realizado na terça-feira, dia 25, na sede da entidade, no Centro Histórico.

“A reunião foi uma continuidade da última reunião, realizada no dia 16 de junho, que fizemos para discutir os problemas dos acessos terrestres ao Porto de Santos com todas as esferas de governo. Encontro esse que resultou em uma carta aberta às autoridades e ao mercado”, disse o presidente da ACS, Mauro Sammarco. O documento, assinado por ele, foi publicado no dia 4 deste mês.

Segundo ele, para essa segunda reunião foram convidados todos os parceiros envolvidos na operação portuária que estão diretamente envolvidos com o problema, “para traçar juntos as ações, e definir quais serão os próximos passos com a Prefeitura para as melhorias necessárias no distrito da Alemoa”. Uma das medidas cobradas pela ACS na carta aberta é justamente a implementação de um segundo acesso a essa região.

“Seguimos com um pedido para a Prefeitura de Santos encaminhar o pedido para o Governo do Estado de São Paulo para a construção de um viaduto de saída da Alemoa. Isso em conjunto com o viaduto que está previsto dentro da Fips (Ferrovia Interna do Porto de Santos) vai solucionar não só a questão dos problemas que acontecem na Alemoa, que acabam impactando todo o sistema, como também vai melhorar os acessos ao porto”, complementou.

Mauro Sammarco também disse que a Frente irá pressionar o Governo do Estado pela implantação de uma terceira ligação rodoviária entre o Planalto e a Baixada Santista. Segundo ele, esse assunto vem sendo bastante discutido nas reuniões da coalizão empresarial da região, uma parceria firmada entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e o Grupo Brasil Export.

Segundo ele, após essa etapa, seria partir para a esfera federal para viabilizar investimentos necessários nessa ligação Planalto-Porto em trechos administrados pela Autoridade Portuária de Santos.

Medidas e ações mencionadas em carta da Associação Comercial de Santos:

- Implantação de uma terceira ligação rodoviária entre o Planalto e a Baixada Santista;
- Implantação de um novo acesso ferroviário ao Planalto;
- Implantação de um segundo acesso rodoviário ao Porto de Santos;
- Implantação de um segundo acesso rodoviário ao distrito da Alemoa;
- Estruturação da Perimetral da margem esquerda do Porto de Santos;

- Ampliação da estrada de acesso para a Ilha Barnabé;
- Implementação das demais obras de infraestrutura projetadas visando a melhoria da fluidez de tráfego portuário;
- Efetivação de um vigoroso e ampliado serviço de manutenção, iluminação, sinalização e fiscalização das vias internas e de acesso ao porto;
- Realização dos estudos e ações que reverteram as atuais dificuldades de tráfego e problemas de segurança, drenagem e conservação das vias do distrito da Alemoa;
- Equacionamento do estacionamento para caminhões, com destinação de áreas apropriadas;
- Dinamização dos programas de agendamento de caminhões;
- Implantação do sistema Port Community System (PCS) criando efetiva integração operacional entre todos os operadores, pátios reguladores, instalações primárias e retroportuários da região.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/07/2023

REGIÃO CENTRO-OESTE - BRADO VAI INICIAR OPERAÇÃO DE CONTÊINERES VIA FERROVIA NORTE-SUL

Movimentação deve começar ainda neste ano, transportando cargas de exportação e importação

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Segundo a companhia, a operação atenderá os exportadores de algodão, minério, açúcar, farelo de soja e grãos em contêineres, além de proteínas bovinas. Crédito: Divulgação/Brado

A empresa Brado deve iniciar ainda neste ano as operações com contêineres pela Ferrovia Norte-Sul (FNS), operando no trecho que conecta Goiás ao Porto de Santos (SP), a partir do Porto Seco Centro-Oeste, em Anápolis (GO).

Segundo a companhia, a operação atenderá os exportadores de algodão, minério, açúcar, farelo de soja e grãos em contêineres, além de proteínas bovinas por meio das operações com contêiner reefer (refrigerado). Atualmente, estes mercados já movimentam cerca de 45 mil contêineres ao ano e mais de 65% têm como destino o complexo portuário santista.

Em relação à importação, com trajeto Santos-Goiás, a nova rota permitirá captar os insumos que abastecem as indústrias e o agronegócio da região Centro-Oeste, além de bens de consumo que são distribuídos entre Goiás, Distrito Federal e sul do Tocantins. É esperada a movimentação de fertilizantes, peças de máquinas, equipamentos e plásticos – mercados que movimentam 16,5 mil contêineres ao ano.

Para Daniel Salcedo, diretor comercial da Brado Logística, o modal trará vantagens principalmente ao fluxo de retorno, já que, segundo ele, os caminhões que hoje fazem o trajeto chegam ao Porto de Santos carregados, mas retornam ao Interior, muitas vezes, ociosos. “As operações de importação vão movimentar o chamado fluxo de retorno, com destino ao interior do País, com os trens circulando praticamente cheios nos dois sentidos”, explica Salcedo.

Liberação

Para começar a operar, a empresa precisa esperar que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) libere o tráfego operacional na Ferrovia Norte-Sul.

A ANTT explicou em nota que, após avaliação inicial na ferrovia, solicitou ajustes técnicos à Rumo (concessionária do ativo). Por isso, ainda não há previsão de testes até que os ajustes técnicos sejam concluídos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/07/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE – UMA EQUAÇÃO COMPLEXA



ADILSON LUIZ GONÇALVES

Engenheiro, pesquisador universitário e escritor.

Membro da Academia Santista de Letras

opinio@portalbenews.com.br



As atividades portuárias, retroportuárias e correlatas são fundamentais sobretudo para Santos e Guarujá, seja do ponto de vista econômico, como indutores do setor de serviços e protagonistas na arrecadação de tributos; seja do social, na medida em são geradores de milhares de empregos na região. No entanto, elas também impactam as cidades e o porto de outras formas, na medida em que podem afetar a mobilidade urbana e demandam condições para aprimorarem sua produtividade e competitividade, num mercado externo cada vez mais complexo.

A “Carta Aberta às Autoridades”, publicada pela Associação Comercial de Santos (ACS), em 4 de julho de 2023, demonstra essa preocupação da iniciativa privada com a mobilidade e acessibilidade urbano-portuária.

Esse documento aponta, com detalhes, medidas e ações consideradas necessárias, se não para resolver problemas, ao menos progressivamente mitigá-los. Trata-se, portanto, de uma importante contribuição ao um processo que tende a ser tão mais efetivo, na medida em que se soma às iniciativas públicas existentes, além de sugerir alternativas.

Os comentários a seguir foram feitos a partir das ações e medidas relacionadas nesse documento:

A terceira ligação rodoviária entre o Planalto e a Baixada Santista é uma necessidade premente. O sistema atual já apresenta níveis de serviço críticos, sobretudo em períodos de safra, lembrando que apenas a Via Anchieta permite o tráfego de caminhões. Qualquer acidente ou pane veicular tende a comprometer a logística do porto e a acessibilidade aos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, com impactos negativos que extrapolam a região, afetando inclusive a economia nacional. Afinal, o Porto de Santos é responsável por aproximadamente 30% da corrente comercial do Brasil!

Atualmente, são discutidas duas alternativas: uma nova pista dentro do Sistema Anchieta-Imigrantes, e a ligação conhecida como “Linha Verde”, a partir do Rodoanel, na cidade de Suzano, até a área continental de Santos. A “Linha Verde” tem um traçado bastante similar ao do Projeto ViaMar, apresentado no início da década de 2010, e, a exemplo daquele, também prevê ligação rodoferroviária e plataformas ao longo de seu trajeto.

Em verdade, poderiam ser concretizadas as duas, pois favoreceriam a expansão do Porto de Santos e a implantação de projetos estratégicos no âmbito da reindustrialização do País, como porto-indústria e/ou Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Como já mencionado em artigos



anteriores, a Cidade de Santos está apta a sediar uma ZPE, e vem realizando tratativas para sua viabilização.

Ainda no âmbito de ligações entre o planalto e a Baixada Santista, também seria interessante voltar a estudar uma outra ligação, beneficiando os municípios da RMBS mais ao sul, semelhante à histórica “Ligação de Parelheiros”, apesar dos problemas de licenciamento ambiental que, seguramente, serão parte do processo.

O importante é que qualquer solução não implique em novos gargalos.

A pista descendente da Rodovia dos Imigrantes foi inaugurada em 2002 e, mais de vinte anos depois, ainda estão sendo feitas obras complementares, no acesso a municípios.

Quanto à acessibilidade ferroviária, a renovação das concessões da Rumo e da MRS assegurarão aumento da capacidade do sistema. Junto com melhorias na “ferradura” e as obras da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), a expectativa é de que esse modo passe dos atuais 25% para 40% de participação na matriz de transportes do Porto de Santos. Mais do que um percentual, essa transição representará menor impacto ambiental, em função da melhor eficiência energética do transporte ferroviário, em relação ao rodoviário. Mas, isso não descarta a necessidade de uma nova ligação ferroviária, pois, em logística, é preciso planejar cenários futuros. Considerando os problemas com burocracia estatal e licenciamentos ambientais complexos e demorados, é preciso começar obras já, para estar pronto para atender demandas futuras. É assim que os países desenvolvidos atuam!

Quanto à implantação de um novo acesso rodoviário ao porto, no caso de Santos, margem direita, essa proposta vem desde o início da década de 2010, e foi tornada premente por ocasião do grave incêndio ocorrido em terminal de granéis líquidos do Bairro Alemoa, em 2015. Durante cerca de 9 (nove) dias, a cidade e o porto foram dramaticamente afetados em todos os sentidos: econômicos, ambientais e sociais.

As obras da entrada da cidade têm por objetivo assegurar melhoria nos acessos urbanos e portuários. A Prefeitura de Santos já cumpriu sua parte. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Artesp e da Ecovias, vem cumprindo a dele. Já no que se refere ao novo acesso ao porto, o assunto vinha sendo discutido, porém, sem solução efetiva. Inicialmente, cogitou-se realizá-lo com recursos da União. Na sequência, foi cogitada sua inclusão como compromisso de investimento no processo de desestatização. Finalmente, essa e outras obras viárias foram incluídas como compromissos de investimento da FIPS.

Essa empresa deve iniciar suas atividades a partir de setembro/2023. Segundo o contrato, essas obras devem ser concluídas num prazo de 5 (cinco) anos, sendo que a entrada da cidade é considerada prioritária. Ao que consta, esse novo acesso deve absorver cerca de 70% do tráfego portuário da margem direita. Desta forma, o Viaduto Paulo Benevides ficaria com os 30% restantes, melhorando substancialmente o acesso ao Bairro Alemoa, ao Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa (TEGLA) e ao terminal da BTP.

Nota: Alemoa é a denominação da área portuária utilizada pela Autoridade Portuária de Santos.

No caso específico do Bairro Alemoa, urbano, ainda é importante a construção de um viaduto de saída, o qual propiciará melhoria no trânsito, possibilidade de implantação de linha de transporte urbano e rota de fuga, dispensando o risco de passagens em nível. Esse assunto vem sendo discutido entre Prefeitura, empresas sediadas na Alemoa e outros níveis de governo.

Quanto aos problemas de drenagem e pavimentação das vias daquele bairro, seu equacionamento é complexo, pois envolve soluções potencialmente semelhantes às que vêm sendo adotadas na Zona Noroeste, pelo Programa Santos Novos Tempos, ou seja, bombeamento. Também há um outro fator a ser considerado, não menos importante, que é o controle de acesso de veículos. A formação de filas no leito carroçável das vias prejudica a circulação viária.



No que se refere à margem esquerda, no caso de Guarujá, o assunto vem sendo tratado entre a Prefeitura de Guarujá e a Autoridade Portuária de Santos. Já quanto à área continental de Santos, a ampliação da via de acesso ao Terminal de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – que também atende ao terminal da DP World – consta nos planos de investimentos da Autoridade Portuária de Santos.

Como já mencionado, o contrato da FIPS inclui um “pacote” de obras viárias, que tem por objetivo eliminar conflitos rodoferroviários. Essas obras incluem viadutos e passarelas de pedestres, e resultarão em composições maiores, desenvolvendo maior velocidade, com melhor produtividade, também pela inclusão de uma “pera ferroviária”, na região de Outeirinhos. Além dessas obras associadas ao contrato da FIPS, também merecem destaque as passarelas que serão construídas ao longo da Avenida Governador Mário Covas Júnior, bem como o viaduto em construção nas proximidades da Rua Moema.

Ainda nessa importante avenida – desde 2020 incorporada à Poligonal do Porto Organizado de Santos, a Prefeitura de Santos propôs soluções viárias para abertura de acesso a partir da Avenida Coronel Joaquim Montenegro (Canal 6), semelhante à existente na Avenida Almirante Cochrane (Canal 5). Também há proposta de melhoria no acesso aos terminais de grãos agroalimentares da Ponta da Praia, a partir do retorno existente nas proximidades da Rua Amélia Leuchtemberg.

O estacionamento de caminhões é um problema crônico, de fato. Além dos veículos da região – mais de 5 mil, ao que consta, geralmente caminhões antigos -, em média 10 mil acessam diariamente o Porto de Santos.

A Autoridade Portuária de Santos, a partir do caos viário ocorrido em 2013, implantou um sistema de agendamento que reduziu substancialmente filas e congestionamentos. Os pátios logísticos de Cubatão também têm importante papel nesse processo. No entanto, isso não tem sido suficiente para solucionar o problema. A Autoridade Portuária vem estudando novas áreas para estacionamento de caminhões, que dependem de licenciamentos ambientais, o que sempre – e infelizmente – são processos demorados.

Mesmo com maior participação do modal ferroviário na matriz de transportes do Porto de Santos, haverá crescimento da demanda por transporte rodoviário. Assim, também é importante que o agendamento de caminhões inclua áreas no planalto. Já houve estudos relativos à utilização de áreas ao longo do Sistema Anchieta-Imigrantes, mas as restrições ambientais têm prejudicado essa alternativa.

Por fim, quanto à Implantação de Port Community System (PCS), vários atores do setor, públicos e privados, participaram de tratativas para sua constituição, inclusive com financiamento internacional. Em tese, já há condições de elaborar um modelo e, ao que consta, a Universidade de São Paulo teria essa expertise. No entanto, sua efetivação depende de investimentos e, salvo engano, de ajustes, tanto da parte de operadores logísticos, como das autoridades públicas pertinentes. É um tema que precisa ser aprimorado e implantado, em nome da eficiência e competitividade do Porto de Santos.

Ainda sobre a questão da mobilidade urbana e acessibilidade ao porto, também é importante salientar que a Prefeitura de Santos, desde a década de 2010, vem pleiteando junto ao Governo Federal a construção de túnel, interligando a Zona Leste à Zona Noroeste, de forma a criar uma alternativa de acesso urbano ao Município, a partir da Rodovia dos Imigrantes, aliviando a demanda da Via Anchieta. Essa proposta teve sinalização positiva do Governo Federal, no âmbito do PAC, na época, porém, não houve evolução. Em 2022, a Prefeitura de Santos reiterou essa demanda, bem como a de inclusão do viaduto de saída da Alemoa, no escopo do processo de desestatização da Autoridade Portuária de Santos.

O Governo Federal considerou a possibilidade de inclusão de estudos sobre esse túnel. No entanto, a mudança de governo e a descontinuidade do processo de desestatização tornam necessário retomar o tema.

É importante salientar que esse túnel, conhecido como “do Maciço Central”, potencializará um corredor metropolitano, na medida que permitirá a interligação de São Vicente, Santos e Guarujá, via túnel subaquático, ora em tratativas.

São várias demandas, todas importantes, que merecem ser consideradas e, principalmente, atendidas. Para tanto, dependem de articulação entre os 3 níveis de governo e a iniciativa privada, pois o interesse é difuso, além de estratégico.

Adilson Luiz Gonçalves

Engenheiro, Pesquisador Universitário e Escritor

Membro da Academia Santista de Letras

A TERCEIRA LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE O PLANALTO E A BAIXADA SANTISTA É UMA NECESSIDADE PREMENTE. O SISTEMA ATUAL JÁ APRESENTA NÍVEIS DE SERVIÇO CRÍTICOS, SOBRETUDO EM PERÍODOS DE SAFRA, LEMBRANDO QUE APENAS AVIAANCHIETA PERMITE O TRÁFEGO DE CAMINHÕES. QUALQUER ACIDENTE OU PANE VEICULAR TENDE A COMPROMETER A LOGÍSTICA DO PORTO E A ACESSIBILIDADE AOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA, COM IMPACTOS NEGATIVOS QUE EXTRAPOLAM A REGIÃO, AFETANDO INCLUSIVE A ECONOMIA NACIONAL

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/07/2023

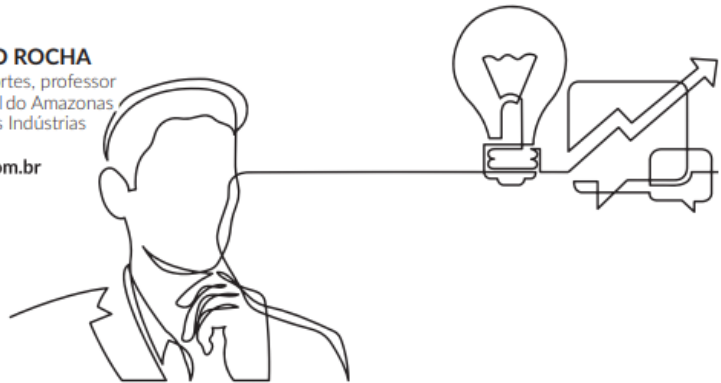
OPINIÃO – ARTIGOS - A AMAZÔNIA COMO ALMOXARIFADO



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

opinioao@portalbenews.com.br



A discussão que pauta a Amazônia leva em consideração dois aspectos: financeiro ou ambiental. Há nela a única percepção de um grande almoxarifado para ser explorado. Há pouco de geopolítica em uma abordagem mais ampla, há quase nada sobre as pessoas que aqui vivem e a discussão ambiental que permeia é mais uma preocupação egoísta, consigo e o aquecimento global, do que uma preocupação com seus habitantes, com seus modos de vida que podem ser destruídos por contaminações invasoras, físicas, psicológicas ou culturais.

Há uma única pauta em debate: a econômica. Questões sociais, culturais e ambientais estão muito mais vinculadas com curiosidades do que pautas de políticas públicas construtivas. Quando qualquer outro tema é colocado, é sempre para o ataque e destruição. Perdemos a capacidade de dialogar sobre construções possíveis para a sociedade ou aumentar a densidade dos questionamentos geopolíticos que permeiam as questões, como a afirmação da ministra das Relações Exteriores da Alemanha na última semana, Annalena Baerbock, quando afirmou que seu país deveria ser menos dependente da China.

Há riscos geopolíticos a todo instante e os debates são reduzidos ao bem contra o mal, sem superar o maniqueísmo, há tanto já superado por Agostinho (Santo ou Filósofo, conforme a preferência do leitor). As discussões ambientais estão reduzidas a um proteger cegamente versus uma destruição inconsequente. Nas pautas de debates inexistente a busca de convergências, do caminho do meio ou

do percurso com maiores benefícios do que custos no longo prazo. Tudo que busque maior reflexão ou esforço está fora do debate. É como se houvesse a possibilidade de um mundo binário, em uma eterna guerra. Precisamos deixar a era da barbárie e da falta de diálogo, encontrando o racionalismo, para a Amazônia poder superar os erros brasileiros do passado, já vividos na Mata Atlântica e em tantos outros biomas.

Mesmo para ser um bom almoxarifado, seus produtos devem transcender a visão extrativista dos anos 1500, mineral ou do agro contemporâneo, seja, ou não, tec ou pop. O que mais intriga sobre a Amazônia, para aqueles que só querem percebê-la como um almoxarifado, é que, para este depósito ser realmente valioso, será necessário interagir com as suas pessoas e seu conhecimento tradicional. Será necessária muita ciência e investimento. Sem estas ações, estaremos condenados a repetir os modelos destrutivos do passado. Isso valerá para qualquer caminho: proteção verdadeira, fingimento de proteção ou de destruição total.

Em qualquer das alternativas, o que terminará acontecendo será uma destruição gradual, repetindo a história. Precisamos encontrar o diálogo ou, pelos movimentos pendulares da história, teremos uma resultante destrutiva. Para sair desta enrascada precisaremos começar a considerar ouvir os milhões de habitantes da região. Sem ouvi-los e sem considerá-los, repetiremos o erro colonizador, opressor e que impõe os desejos do império a qualquer preço. Por outro lado, o modo de vida que queremos construir na Amazônia é colocar luz ou internet para todos?

Será que só existe um modo de vida possível e saudável no mundo? Não tenho clareza da resposta para esta pergunta, mas é uma dúvida que me persegue todas as vezes em que reflito sobre o que seria uma Amazônia próspera no longo prazo. Não percebo esta dúvida sendo enfrentada por um grupo grande de Antropólogos ou Filósofos. Todavia, sem esta questão superada, estamos condenados a repetir no Pará o que foi feito em Minas Gerais, ou no Amazonas o que foi feito no Mato Grosso. Será o melhor? Para mim, esta é a única dúvida em que cheguei a uma resposta: não. Todavia, tenho a certeza de que estamos caminhando nesta direção.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/07/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

DIRETORA DE SUSTENTABILIDADE DA HIDROVIAS DO BRASIL PARTICIPA DO PODCAST “O QUE VOCÊ FARIA?” DO ISE BUSINESS SCHOOL

Informações: Hidrovias do Brasil (27 de julho de 2023)



Fabiana Gomes, nossa Diretora de Sustentabilidade, participou do podcast “O que você faria?” do ISE Business School.

Durante a entrevista, Fabiana falou sobre sua trajetória profissional até chegar na Hidrovias do Brasil, além de compartilhar os desafios de sustentabilidade e a relevância deste tema para a longevidade das Companhias. Explicou a importância de integrar práticas de ESG dentro das empresas e de gerar valor compartilhado para todo o ecossistema do negócio.

Confira a entrevista completa gratuita no Spotify.

Qual o papel do CSO – Cief Sustainability Officer para a organização?

https://open.spotify.com/episode/4ZeP7HEvrAsnO6mpxrBAVi?go=1&sp_cid=81901b8e19acd4a74d08acc2f8bda05e&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/07/2023

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS REALIZA ENCONTRO DA FRENTE PRÓ-ACESSOS TERRESTRES AO COMPLEXO DO PORTO DE SANTOS

Informações: ACS (27 de julho de 2023)

Dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela ACS a fim de buscar mudanças, melhorias e encontrar soluções viáveis nos Acessos Terrestres ao Porto de Santos, mais uma reunião foi realizada na sede da entidade nesta terça-feira (25/07).

O encontro, que teve como objetivo avaliar os últimos acontecimentos e alinhar os próximos passos sobre o assunto, reuniu autoridades, empresas associadas, empresários e entidades ligadas ao setor.

O tema já vem sendo discutido desde a primeira reunião realizada na sede da Associação, no mês de junho, que resultou na criação de uma Carta Aberta as Autoridades sobre as dificuldades encontradas nas Vias de Acesso ao maior porto da América Latina.

De acordo com o presidente, Mauro Sammarco, o movimento da ACS vem ganhando força.

“Estamos dando continuidade não só as discussões sobre os problemas dos acessos e dos congestionamentos na Baixada, mas também a necessidade de uma discussão de uma nova via de acesso ao Litoral, agora já contando com as demais instituições que estão aderindo ao movimento para poder traçar quais são as estratégias e discutir os assuntos nas diversas esferas (municipal, estadual e federal)”, enfatizou Mauro.

CLIQUE AQUI E LEIA A CARTA ABERTA NA ÍNTEGRA

<https://acs.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/07/Carta-aberta-a-autoridades-1.pdf>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/07/2023

FUNDO APROVA DISTRIBUIÇÃO DE R\$ 12,7 BILHÕES DO LUCRO DE 2022 AOS TRABALHADORES

Informações: Ministério do Trabalho e Emprego (27 de julho de 2023)



Remuneração de 7,09% (IPCA+1,3%) será repassado a cada trabalhador de acordo com o saldo existente nas contas do FGTS em 31 de dezembro de 2022

O Conselho Curador do FGTS, em reunião realizada nesta terça-feira (25), autorizou a distribuição de 99% do lucro obtido pelo Fundo no ano passado, um total de R\$12,7 bilhões. Terão direito ao valor as pessoas que tinham saldo no FGTS em 31 de dezembro de 2022, cerca de 217 milhões de contas ativas e inativas. Com essa distribuição, a rentabilidade do

FGTS no ano passado que chegou a 7,09% (IPCA+1,3%), será repassado aos trabalhadores detentores de contas até o dia 31 de agosto. O índice a ser distribuído será de 0,02461511 sobre o saldo em 31/12.

Para saber se tem direito e o quanto irá receber dos lucros, o trabalhador deve acessar o aplicativo do FGTS, lembrando que a distribuição dos lucros não muda as regras para saque dos valores do FGTS já previstas em lei. A remuneração do FGTS é fixa, de 3% ao ano, mais a Taxa Referencial (TR).

Em 2022, o FGTS registrou um lucro líquido de R\$ 12,8 bilhões, resultado de R\$ 51,1 bilhões em receitas contra 38,2 bilhões em despesas.

Relatórios – Os conselheiros aprovaram ainda na reunião as demonstrações financeiras e relatório de gestão do FGTS para o exercício de 2022. Do valor orçamentário de R\$83,7 bilhões, o FGTS executou R\$ 65,3 bilhões (78%), sendo R\$ 61,6 bilhões para habitação, R\$ 58,7 somente para habitação popular, possibilitando a construção de 370 mil unidades habitacionais e beneficiando 80% famílias que ganham até R\$ 4.4 mil. Em saneamento básico o FGTS aplicou R\$ 1,7 bilhão e outros R\$ 322 milhões para infraestrutura urbana.

Os conselheiros também aprovaram a reformulação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico do FGTS para o exercício de 2023, propondo um valor de 118,4 bilhões para o exercício desse ano, valor R\$ 23,2 bilhões a mais que o orçamento previsto, que era de R\$ 95,1 bilhões. Somente para a área de habitação serão destinados R\$ 96,9 bilhões, um acréscimo de R\$ 28,8 bilhões ao atual orçamento vigente de R\$ 68,1 bilhões.

Foi aprovado ainda pelos conselheiros a suspensão por até 6 meses do retorno de parcelas mensais das operações de crédito contratadas pelas Instituições Financeiras com recursos do FGTS na área de Habitação Popular, no valor de R\$ 1,0 bilhão, previsto na Resolução CCFGTS nº 1.041, de 2022. Essa resolução prevê a possibilidade de concessão facultativa de suspensão temporária dos encargos mensais do agente financeiro ao agente operador, como forma de sustentabilidade das carteiras de crédito pelos agentes, o que deve beneficiar mais de 700 mil famílias.

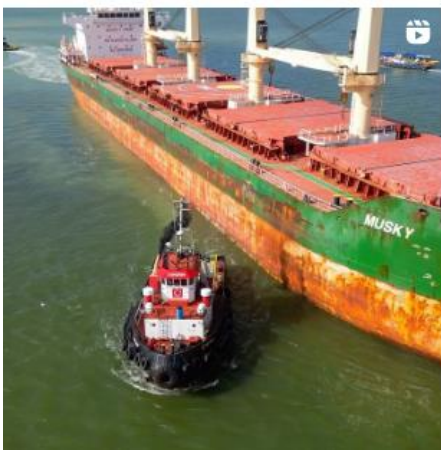
Foram aprovados ainda a simplificação nas regras de parcelamento do FGTS aos inadimplentes, adequando as regras existentes à nova sistemática de parcelamento que será implementada com o início de operação efetiva do sistema FGTS Digital. Com o FGTS Digital, o parcelamento ficará a cargo da Secretária de Inspeção do Trabalho do MTE e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que passam a operacionalizar o parcelamento em substituição ao agente operador Caixa. Entre as novidades, a ampliação do prazo parcelamento para 144 meses, nos casos de MEI, ME, EPP e devedores em recuperação judicial e o impedimento do devedor inserido no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo de parcelar quaisquer débitos de FGTS.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/07/2023

PORTO DE CABEDELLO MOVIMENTA QUASE 60 MIL T DE PETCOKE E PROJETA NOVO MÊS DE SUCESSO

Informações: Porto de Cabedelo (27 de julho de 2023)



Assista o vídeo: <https://www.instagram.com/p/CvKKMbALlzB/>

Na última terça (25) o Porto de Cabedelo celebrou mais um marco em sua movimentação estratégica de cargas com a conclusão da operação do graneleiro Musky, que descarregou 30.200 toneladas de petcoke.

A movimentação foi parte essencial para o total de 58.450 toneladas desse insumo movimentadas nos últimos dias, contabilizando também a carga descarregada pelo graneleiro Port Alice. Ambas as cargas, provenientes dos Estados Unidos, têm como destino a Oxbow Brasil e a Companhia de Cimento da Paraíba.

“Estamos orgulhosos com a eficiência e os resultados magníficos conquistados nessa operação estratégica. O Porto de Cabedelo, infatigavelmente, prossegue seu compromisso em contribuir sobremaneira para o desenvolvimento de Cabedelo e certamente de toda Paraíba, com excelentes soluções logísticas e uma infraestrutura em constante melhoria, especialmente no ritmo que temos,

com esmero, implementado desde a nossa chegada”, afirmou o presidente do Porto de Cabedelo, Ricardo Barbosa.

Com expectativas positivas, o Porto de Cabedelo projeta mais um mês de sucesso em suas operações, que já somam 609.427 toneladas de granéis sólidos e líquidos movimentadas entre janeiro e junho.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/07/2023

CODEBA APRESENTA NOVO GERENTE DO PORTO DE ILHÉUS

Informações: CODEBA (27 de julho de 2023)



A Diretora Presidente Interina, Gilmara Temóteo, e os dois novos Diretores da CODEBA, Luiz Humberto Castro, que assumiu a Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária- DIP, e José Demétrius Moura, que assumiu a Diretoria Empresarial e de Relação com o Mercado – DERM, se reuniram com o corpo de empregados e colaboradores do Porto de Ilhéus para apresentação do novo Gerente, Maurício Batista Galvão.

Maurício Galvão é Engenheiro Ambiental, foi diretor técnico da Biofábrica do Cacau e diretor de Biodiversidade e Floresta na Secretaria de Meio Ambiente da Bahia.

Atualmente, Maurício é membro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil.

A Diretoria da Codeba cumpre agenda nos dias 24 e 25, no Porto de Ilhéus e, além da reunião do CAP e da apresentação com os servidores, ainda irá receber investidores para desenvolvimento de novos negócios naquele Porto.

Ademais, a diretoria planeja fazer reuniões periódicas para acompanhamento dos investimentos, das obras de infraestrutura, manter diálogo permanente com os operadores portuários locais e melhorar a relação Porto – Cidade em Ilhéus.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/07/2023

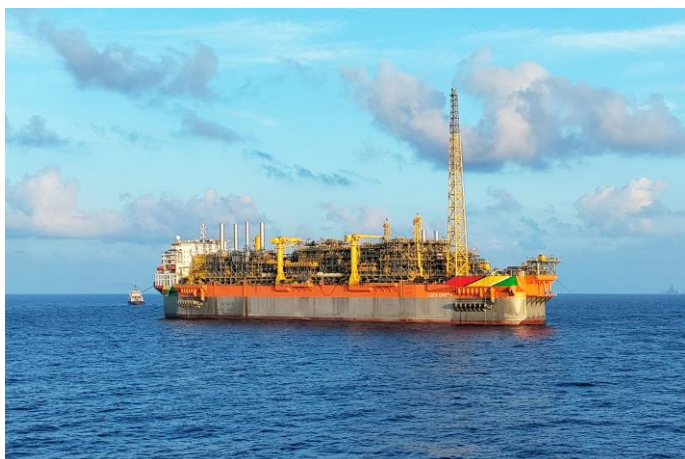


AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GUIANA ADIA SEU 1º LEILÃO DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS DE ÓLEO E GÁS PARA SETEMBRO

País decidiu postergar novamente a oferta enquanto revê o marco legal do setor

Por epbr 27 de julho de 2023 Em Rodadas



FPSO Liza Unity em operação no offshore da Guiana: ao menos dez petroleiras demonstraram interesse no leilão de blocos exploratórios promovido pelo país (Foto: SBM/Divulgação)

RIO — O governo da Guiana remarcou para 12 de setembro a data para recebimento das propostas do primeiro leilão de blocos exploratórios offshore de sua história. A licitação inclui 14 blocos, dos quais 11 em águas rasas e três em águas profundas, em contratos sob o modelo de partilha.

Lançada no fim de 2022, a rodada estava marcada, inicialmente, para abril, mas passou por adiamentos. A última previsão era de que o leilão seria realizado este mês, mas o governo local decidiu postergar novamente a oferta enquanto corre para votar, no Parlamento, uma revisão geral do marco legal do setor.

A ideia é substituir o marco atual, vigente desde a década de 1980. A Guiana quer atualizar suas regras, colocando-as em linha com o contexto atual do país – que desde a década passada já descobriu mais de 11 bilhões de barris – e com o novo momento da indústria petrolífera global.

O projeto de lei proposto passa, por exemplo, por critérios mais rígidos de segurança operacional; por assuntos como unitização (tema ausente da lei de 1986); e, de olho na transição energética, trata também da licença de áreas para estocagem de gás natural e de carbono, que passam a ser reguladas no país.

Em comunicado oficial, o governo da Guiana destacou que complementar em breve os modelos dos contratos de partilha e que o Projeto de Lei de Atividades Petrolíferas 2023 “não apenas melhorará a gestão do setor, mas também fornecerá medidas econômicas aprimoradas” para os participantes da rodada.

Leilão é novidade

Até então, a Guiana não promovia leilões de áreas exploratórias. As licenças eram acordadas diretamente com as empresas, sem processo competitivo.

A concorrência é vista como uma forma de ampliar as receitas estatais oriundas do setor de óleo e gás. Para a licitação, o país chegou a aumentar a alíquota de royalties, de 2% a 10% em relação aos contratos antigos.

Nesta primeira rodada, o país estabeleceu, como critérios para decisão das ofertas vencedoras, as melhores propostas de bônus de assinatura e compromissos de trabalho exploratório – cada item com peso de 50%.

O atual modelo, porém, está sendo rediscutido. A proposta de revisão do marco legal, em curso, prevê que o governo também pode adicionar como critério para escolha das melhores propostas, além dos bônus e compromissos exploratórios, “outro investimento comercial, climático ou social” julgados convenientes.

O governo também poderá optar, no lugar dos leilões, por conceder áreas por meio da negociação direta com as companhias, em casos em que seja identificada a necessidade de “promover a cooperação energética regional ou salvaguardar o interesse nacional e a segurança”.

E também poderá definir “áreas abertas”, disponibilizadas para pedidos de pesquisa a qualquer momento – uma espécie de oferta permanente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Brasil.

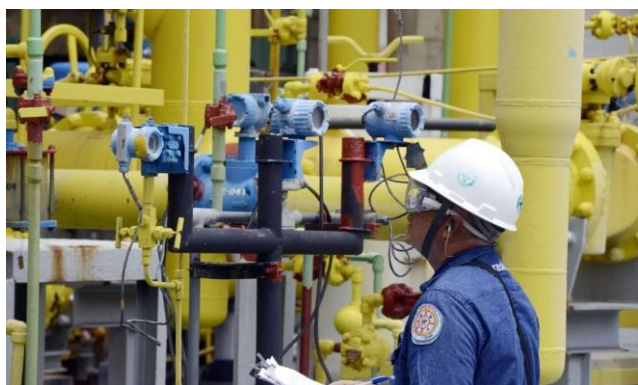
Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 27/07/2023

PETROBRAS E ABIQUIM SE APROXIMAM PARA DISCUTIR PLANO DE RETOMADA DA INDÚSTRIA QUÍMICA

Ideia é apresentar o trabalho ao governo, que discute um programa para aumentar a oferta de gás competitivo para reindustrialização do país

Por epbr 27 de julho de 2023 Em Mercado de gás, Política energética

A Petrobras e a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) anunciaram nesta quinta (27/7) a criação de um grupo de trabalho para estudar um plano integrado de retomada e consolidação do setor no país.



A primeira reunião do GT está marcada para esta sexta-feira (28/7). O resultado do trabalho será apresentado ao governo – que discute, neste momento, a criação do Gás para Empregar, um programa que promete aumentar a oferta de gás natural a preços competitivos para reindustrialização do país e que tem nos setores químico e de fertilizantes uma de suas prioridades.

Fábrica de produtos químicos Braskem em Maceió, Alagoas (Foto: José Paulo Lacerda/Divulgação)

Em nota, a Petrobras destacou que o objetivo do trabalho em conjunto com a Abiquim é mostrar que a indústria química e de fertilizantes enfrenta gargalos que vão além da estratégia de utilização de gás.

“A Abiquim e a Petrobras entendem que não há uma medida isolada que solucione a situação, mas convergem no entendimento de que são necessárias ações de diversos agentes para aprimorar a capacidade de concorrência da indústria química permitindo-a produzir a um custo competitivo, bem como adoção de medidas de inserção internacional, defesa comercial, e competitividade tributária”, cita a nota emitida pela petroleira.

Setor químico se articula a favor de política para gás

A indústria química brasileira tem perdido competitividade, no mercado global, devido, muito em parte, aos custos com matéria-prima, energia e tributação no Brasil. Esses três fatores representam, juntos, 80% dos custos do setor.

No primeiro quadrimestre de 2023, ainda segundo a Abiquim, os volumes de produção e vendas da indústria química recuaram ao patamar mais baixo dos últimos 17 anos. O nível de utilização da capacidade instalada foi de 67%, uma queda aproximada de 10 pontos percentuais ante igual período de 2022.

Os setores químico e de fertilizantes têm se articulado, por meio da Coalizão pela Competitividade Gás Natural, a favor da criação de uma política pública para incentivar o uso do gás como matéria-prima nessas duas indústrias – ideia que tem encontrado eco dentro do governo.

Nas discussões sobre o Gás para Empregar, o Ministério de Minas e Energia (MME) entende que seria possível vender o gás natural da União, no city-gate (ponto de entrega às distribuidoras), entre US\$ 7 e US\$ 8 por milhão de BTU, com ganhos de arrecadação para o Fundo Social do Pré-Sal.

Um estudo lançado esta semana pelo Instituto de Energia da PUC-Rio mostra que, mesmo num cenário conservador, sem novas rotas de escoamento no pré-sal, entre 8 milhões de m³/dia e 17 milhões de m³/dia de gás firme poderão ficar sem mercado a partir de 2028.

Esse é o volume que poderia ser orientado para novos projetos no setor químico e de fertilizantes, como defende a Coalizão.

Num cenário em que haja investimentos na infraestrutura de escoamento e processamento, para eliminar gargalos, esse volume de gás sem mercado – e disponível para um programa de estímulo à produção de fertilizantes e à indústria química – sobe para entre 12 milhões e 25 milhões de m³/dia.

O trabalho do IE-PUC foi encomendado pela Coalizão, liderado pela Abemi (engenharia industrial), e será apresentado na quinta (27/7) ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 27/07/2023

PLATAFORMAS, GÁS E REFINO VÃO MOVIMENTAR INDÚSTRIA

A fabricação de módulos para plataformas de petróleo nos estaleiros brasileiros deve atingir um nível recorde em 2025

Por epbr 27 de julho de 2023 Em Comece seu Dia, Petróleo e gás

Obra no Estaleiro Rio Grande, da Ecovix (Foto: Stéferson Faria/Agência Petrobras)



Petrobras projeta estaleiros ocupados. A fabricação de módulos para plataformas de petróleo nos estaleiros brasileiros deve atingir em 2025 um nível recorde de atividades, próximo às 70 mil toneladas/ano. (epbr)

A companhia acredita que novos projetos e o descomissionamento de unidades serão suficientes para manter os estaleiros nacionais ocupados – e, inclusive, gerar oportunidades para novos entrantes – mesmo sem mudanças nos atuais níveis de conteúdo local.

– Recentemente, a Petrobras concluiu a primeira licitação para a reciclagem de plataformas exclusivamente no mercado brasileiro. Ecovix e Gerdau venceram serão responsáveis pelo descomissionamento da P-32 (epbr).

Gás e refino. E antecipa que as encomendas para a indústria de máquinas e equipamentos vão além dos projetos navais, puxada por novos projetos e modernização nas áreas de refino, gás e energia.

– Foram aprovados os investimentos na duplicação da refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco (epbr). O presidente da companhia, Jean Paul Prates, já afirmou também que há interesse em retomar as obras na fábrica de fertilizantes de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul: “É viável, tem VPL positivo”.

Produção recua. A produção total da companhia caiu 1,5% no segundo trimestre, em relação ao período anterior, e 0,6% na comparação com o 2º trimestre de 2022, para 2,64 milhões de boe/dia. O pré-sal representa 78% do total.

– A queda reflete paradas e manutenções, além do declínio natural de campos maduros e desinvestimentos – efeitos parcialmente compensados pelo aumento da produção de novas plataformas.

Mais combustíveis. A companhia processou mais derivados e viu aumento nas vendas de gasolina (+16%), óleo diesel (+7%) e QAV (+5%). E menos exportações de petróleo: recuo foi de 23% frente ao 2º trimestre de 2022, para 411 mil barris/dia.



E petróleo cai. Os contratos futuros do Brent fecharam a sessão de quarta (26/7) com queda de 0,9%, a US\$ 82,92 o barril, depois que dados mostraram que os estoques de petróleo dos EUA caíram menos do que o esperado e o Federal Reserve elevou as taxas de juros no país em 0,25 ponto percentual. (Reuters)

Alagoas pede a suspensão da venda da Braskem. Paulo Dantas (MDB) pediu ao ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz, que os danos causados pela exploração de sal-gema em Maceió (AL) sejam observados nas negociações para a alienação do controle da empresa petroquímica. (Broadcast)

– Cedraz é relator da representação encaminhada pelo governo estadual e pelo Senado, que contesta os acordos financeiros firmados pela Braskem, pelo afundamento do solo de bairros da capital alagoana em 2018.

Tribunal afasta indenização contra Petrobras. O Tribunal Distrital de Roterdã rejeitou uma série de pedidos formulados pela St. Petrobras Compensation Foundation, em ação coletiva contra a estatal brasileira e seus ex-presidentes Maria das Graças Silva Foster e José Sérgio Gabrielli. A decisão é intermediária – ou seja, ocorre antes de julgamento do mérito. (epbr)

– A St. Petrobras Compensation Foundation não poderá pedir indenização, por meio da ação coletiva em questão. O julgamento do mérito ainda carece de parecer técnico.

Margem Equatorial. Em encontro com governadores do Nordeste, o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), defendeu que a Petrobras intensifique os estudos na região. (O Globo)

Operação da ONU tenta impedir vazamento de óleo no Mar Vermelho. Tenta evitar que 1 milhão de barris de petróleo estocados no navio-tanque FSO Safer sejam derramados na costa do Iêmen, país que enfrenta uma guerra civil. Entenda o que está em jogo

Copel lança oferta de ações, mas privatização depende do TCU. Empresa e o governo do Paraná, controlador da companhia, estão oferecendo 549,171 milhões de ações – que, com base na cotação atual, podem movimentar R\$ 4,3 bilhões. Um lote extra, de até 82,375 milhões de ações, pode ser acionado e elevar o valor total da oferta a R\$ 4,9 bilhões. (epbr)

– Ainda falta o aval do TCU, sobre o valor (R\$ 3,7 bilhões) das outorgas que a companhia deve pagar pelos novos contratos de concessão de suas hidrelétricas.

Conexão Brasil-China. A cleantech brasileira Pontoon encontrou na parceria com investidores chineses uma estratégia para acelerar a geração solar. Em entrevista à agência epbr, o CEO Marcos Severine conta sobre a aposta em verticalização e atração de parceiros internacionais para desenvolver o mercado varejista de energia e convencer consumidores a migrar para os veículos elétricos. (epbr)

Governo do Pará tenta barrar, na Justiça, reajuste da Equatorial. O governo estadual ajuizou ação na Justiça Federal da 1ª Região para suspender o aumento tarifário de cerca de 18% da Equatorial Pará, previsto na revisão tarifária periódica da distribuidora – que ainda não foi sacramentado. O processo deve ser deliberado pela Aneel na próxima semana, com entrada em vigor prevista para 7 de agosto. (MegaWhat)

TRF-1 anula liminar que suspendia licenças de parque eólico na Bahia. Decisão da desembargadora Ana Carolina Roman libera o projeto Canudos, da Voltalia – que já tem autorização para concluir as obras, realizar o comissionamento e iniciar a operação dos parques eólicos de 99,4 MW nos municípios de Canudos, Jeremoabo e Euclides da Cunha. A Voltalia apresentará um estudo ambiental complementar e organizará uma audiência pública com as comunidades locais no prazo de seis meses. (Estadão)

Neoenergia mantém planos de desinvestimentos, diz CEO. Eduardo Capelastegui afirma que a companhia segue com o plano de venda da participação na usina de Belo Monte, em processo. Empresa também espera concluir em setembro a parceria com a GIC em transmissão, para alienação de 50% de oito ativos. (Valor)

Colômbia acelera eólicas offshore, mas sem avaliar impactos. Especialistas alertam para a necessidade de ajustes regulatórios e regras claras para estudos de impacto ambiental em licitações lançadas por governo de Gustavo Petro. (Diálogo Chino)

O primeiro leilão de fornecimento de energia renovável da Argentina em quase cinco anos alocou 633,7 MW de capacidade renovável, acima dos 620 MW oferecidos no lançamento da licitação em fevereiro. O governo recebeu 204 propostas, somando mais de 2 GW. (epbr)

Aço verde. A divisão de aço da Thyssenkrupp vai receber 2 bilhões de euros em financiamento público para descarbonizar sua produção de aço na Alemanha, usando hidrogênio. Na semana passada, a Comissão Europeia liberou 2,85 bilhões de euros para apoiar ArcelorMittal e Thyssenkrupp na redução de emissões da siderurgia. (Reuters)

Emissões de metano nos EUA. O governo de Joe Biden anunciou hoje (26/7) uma força-tarefa para uma abordagem de todo o governo visando a detecção de vazamento de metano e transparência de dados. Objetivo é apoiar esforços dos estados para mitigar e fazer cumprir os regulamentos de emissões.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 27/07/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO FECHA O 1º SEMESTRE COM ROMBO DE R\$ 42,5 BI NAS CONTAS

Ministério da Fazenda quer encerrar o ano com um déficit próximo a R\$ 100 bi
Por *Manoel Ventura* — Brasília



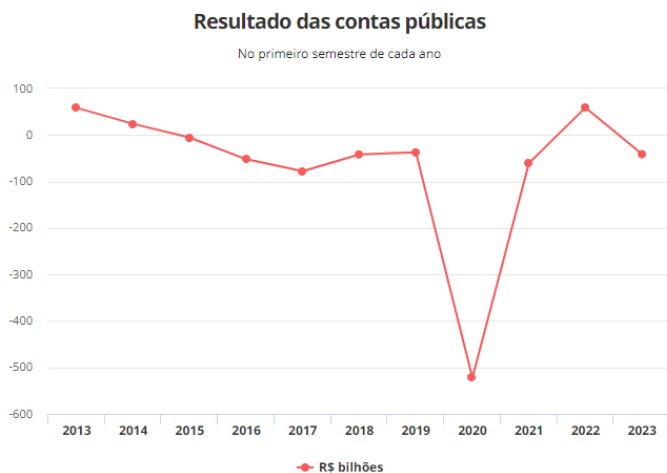
O ministro da Fazenda, Fernando Haddad – foto : Diogo Zacarias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechou o primeiro semestre do seu mandato com as contas públicas registrando um rombo (déficit) de R\$ 42,5 bilhões, de acordo com dados divulgados nesta quinta-feira pelo Tesouro Nacional. É o pior resultado para o período desde 2021.

No mesmo período do ano passado, o governo registrou um superávit (ou seja, receitas maiores que despesas) de R\$ 54,2 bilhões. O governo quer fechar este ano com um rombo abaixo de R\$ 100 bilhões.

— No mesmo período do ano passado houve ingresso de valores da privatização da Eletrobras e de dividendos do BNDES, que criaram uma distorção. No acumulado do ano temos, do ponto de vista da receita total, uma queda real. Além disso, um crescimento de 5% — disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

O resultado deste ano, até agora, é decorrente de uma queda da receita do governo federal, ao mesmo tempo em que as despesas subiram.



A receita total caiu R\$ 62,5 bilhões, já descontada a inflação, com queda na arrecadação com concessões, dividendos de estatais e dos impostos IPI e CSLL. O IPI é o Imposto sobre Produtos Industrializados e teve alíquotas reduzidas durante o governo Jair Bolsonaro. Já a CSLL é o imposto cobrado sobre os lucros das empresas.

Para Ceron, porém, não há queda estrutural da arrecadação. Segundo ele, medidas já tomadas, como reoneração de combustíveis, terão impacto no segundo semestre

— Queda brutal do IGP-M em 2023 afeta a base de arrecadação em termos nominais. Apreciação do real é saudável, mas também gera redução na projeção de receita. Ainda consideramos viável déficit próximo de R\$ 100 bilhões em 2023 — disse ele.

As despesas do governo, por sua vez, cresceram R\$ 47,5 bilhões, também já descontada a inflação. O governo turbinou os gastos para este ano com a chamada “PEC da Transição”, que permitiu uma ampliação de gastos da ordem de R\$ 145 bilhões neste ano.

Caged: Brasil cria 1 milhão de vagas formais no primeiro semestre, queda de 25% sobre o mesmo período de 2022

Esse aumento de despesas é puxado pela alta de R\$ 44,2 bilhões nas do Bolsa Família; pelo acréscimo de R\$ 9,4 bilhões no pagamento de sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/07/2023

EM MEIO A FRITURA, PRESIDENTE DA CAIXA DIZ QUE É “TEIMOSA” E CONTINUARÁ NO CARGO

Rita Serrano participou de evento do banco em celebração à diversidade e disse que “o ataque às mulheres é sempre maior”

Por Victoria Abel — Brasília



Presidente da Caixa, Maria Rita Serrano, diz que foco do banco continuará sendo a habitação — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

A presidente da Caixa, Rita Serrano, disse que é “muito teimosa” e por isso está no cargo, e continuará trabalhando. O cargo de Serrano vem sendo ameaçado em meio às cobranças do Centrão por mais posições no governo Lula.

— Para as mulheres, para os diferentes ocuparem os espaços de poder, temos que ser muito teimosos. Muito teimosa. Como eu sou muito teimosa, vocês fiquem tranquilos. Eu sou teimosa e estou aqui. Vou continuar trabalhando muito — disse ao participar de um evento do banco sobre diversidade e inclusão.

Rita Serrano ainda afirmou que é cansativo estar no foco e ter lidar com ataques discriminatórios.

— Esse processo é complicado, quando a gente vê que o ataque às mulheres é sempre maior que o de qualquer outra pessoa. Não basta ser competente e eficiente. Você tem que o tempo todo provar que é capaz. É cansativo, às vezes a gente desanima - afirmou.

A presidente da Caixa ainda destacou que presenciou episódios de agressão e assédio enquanto estava no Conselho de Administração.

— Fui a única mulher no Conselho de Administração da Caixa e tendo que lidar com uma política assediadora. Dois processos foram abertos para eu não conseguir exercer minha função. Reuniões muito agressivas, não vou ficar aqui listando - revelou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/07/2023

TEBET BLOQUEIA R\$ 2,6 BILHÕES DO MINISTÉRIO DE HADDAD E VAI À FAZENDA EXPLICAR O CORTE

Os bloqueios realizados pelo governo são justificados pela necessidade de conter o nível de gastos, com a limitação orçamentária

Por Renan Monteiro — Brasília



A ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad – Foto : José Cruz/Agência Brasil/30-03-2023

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, anunciou nesta quinta-feira a necessidade de um bloqueio de R\$ 2,6 bilhões no orçamento do Ministério da Fazenda. Tebet se reuniu com o ministro Fernando Haddad no início da tarde para detalhar os números.

Os bloqueios são justificados pela necessidade de conter o nível de gastos, com a limitação orçamentária.

— Eu vim agora para uma segunda missão, ainda mais árdua, de tentar mostrar para o ministro Haddad que nós tivemos que fazer um corte no Ministério dele de R\$ 2,6 bilhões. Óbvio que ele já sabe, participou da junta (Junta de Execução Orçamentária) — disse, antes da reunião.

A assessoria do Ministério do Planejamento explicou que o bloqueio será aplicado no ano de 2024 - o primeiro previsto para estar sob a cobertura da nova regra para as contas públicas.

Tebet explicou que essa redução é fruto de remanejamentos necessários por causa do arcabouço fiscal, que apresenta um intervalo fixo no crescimento real dos gastos, variando entre 0,6% e 2,5%. A ideia é manter os gastos obrigatórios, sobretudo na área social, e cortar as despesas discricionárias.

R\$ 400 milhões

A ministra ainda adiantou que os ministérios criados neste ano vão ter um reforço no orçamento de 2024, com esse remanejamento de recursos.

— Nós fizemos questão, especialmente, de pegar algum espaço de mais ou menos R\$ 400 milhões para poder 'recheiar' o Ministério das Cidades, o Ministério da Mulher, Ministério da Igualdade Racial e Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério dos Direitos Humanos — pontuou.

Ela indicou que a pasta do Planejamento já fez um corte de despesas próximo de 30%, buscando folgar o orçamento para os gastos obrigatórios do governo e liberar recursos para outras pastas.

— No nosso Ministério do Planejamento cortamos 30% das despesas discricionárias para podermos, nesse cobertor curto, destinar o máximo possível de recursos para políticas públicas, para projetos de investimentos, para as ações e programas dos ministérios finalísticos — disse a ministra.

Regra Fiscal

A ministra também disse que no início de agosto terá uma reunião com o relator do arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), para discutir a manutenção de uma emenda do Senado que autoriza uma despesa adicional condicionada à inflação do fim do ano.

A estimativa é de um ganho de R\$ 30 bilhões a R\$ 32 bilhões no orçamento de 2024. Caso não seja aprovado, o texto teria que ser alterado até o final de agosto, segundo a ministra.

— Na primeira semana (de agosto) estaremos na Câmara conversando com o relator Cajado, explicando a necessidade de mantermos pelo menos uma emenda do Senado, que é a emenda que nos permite a despesa condicionada à inflação do fim do ano, para garantirmos os R\$ 30 a R\$ 32 bi, sob a pena do orçamento ter que ser alterado até o final de agosto — disse.

Questionada sobre a meta de zerar o déficit primário em 2024, Tebet se disse confiante em relação às medidas para aumento de receita que serão enviadas ao Congresso.

— Nós estamos trabalhando o orçamento em conjunto com a questão da meta fiscal, ou seja, de zerar o déficit. É desafiador, mas é factível. É possível — declarou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/07/2023

NOVAS REGRAS DE SOCORRO A ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÃO ENVIADAS EM ÚNICO PROJETO À CÂMARA. VEJA AGENDA APÓS O RECESSO

PL das contas públicas deve ser apresentado em agosto aos deputados. Líderes avaliam que volume de propostas não prejudica pauta

Por Victoria Abel — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, durante entrevista após reunião na Residência Oficial da Presidência do Senado – Foto : Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Ministério da Fazenda vai enviar as propostas de mudanças no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) à Câmara dos Deputados por meio de um único Projeto de Lei complementar. A proposta vai se somar à análise de outras pautas econômicas já em tramitação e mais duas que o ministro Fernando Haddad ainda quer enviar.

Confira as pautas econômicas na Câmara a partir de agosto:

- Reforma Tributária sobre o consumo (que voltará do Senado);
- Arcabouço fiscal, que também volta do Senado com alterações;
- PL das contas públicas (mudanças na RRF e LRF);
- MP das Apostas Esportivas, que seguirá para a Câmara após análise de comissão mista;
- PL de taxação dos super-ricos, que deve analisado apenas no fim do ano;
- Reforma do Imposto de Renda, que será enviada por Haddad após a finalização da reforma de impostos sobre consumo.

Apesar do número elevado de textos do governo a serem pautados no segundo semestre, líderes negam que haverá um congestionamento de projetos, ou que algum deles será paralisado. As prioridades devem ser elencadas pelo presidente Arthur Lira (PP-AL) na semana que vem.

- Também votamos várias matérias no primeiro semestre. O colégio de líderes vai agora fazer uma agenda de pautas. É positiva (a apresentação de novas propostas) e demonstra que o governo precisava realmente ser reestruturado - disse o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (MDB-AL)

Aliados de Haddad acreditam que este semestre será menos congestionado que o primeiro no Congresso, quando os parlamentares analisaram arcabouço fiscal, Carf, Reforma Tributária e uma série de medidas provisórias do governo Lula.

A prioridade política do ministério da Fazenda, logo no início de agosto, será concentrar os esforços de articulação na Reforma Tributária no Senado. O PL do Carf, que estará na mesma Casa, já é considerado como resolvido por auxiliares do ministro Haddad, assim como o arcabouço fiscal que será novamente analisado pela Câmara.

Veja as pautas econômicas em tramitação no Senado:

- Reforma Tributária do consumo;
- PL do Carf;
- Demais matérias que sejam aprovadas na Câmara.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/07/2023

IMETAME INAUGURA NO ESPÍRITO SANTO A PRIMEIRA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO PRIVADA DO PAÍS

Grupo capixada que fatura R\$ 1,3 bilhão vai instalar a ZPE junto com o complexo portuário que está construindo em Aracruz

Por Mariana Barbosa



Projeção em 3D do novo complexo portuário de Aracruz – Foto : Divulgação

O grupo capixaba Imetame inaugura hoje a primeira a Zona de Processamento e Exportação (ZPE) privada no país, em Aracruz, no Espírito Santo. Funcionando em um regime similar ao da Zona Franca de Manaus, as ZPEs são um regime de livre comércio para estimular a exportação de produtos com maior valor agregado.

Hoje existem duas ZPEs administradas pelo poder público — no Ceará e em Pernambuco — e outras 9 também públicas autorizadas, mas ainda não abertas. Desde 2021, com a aprovação de um novo marco regulatório, abriu-se a possibilidade de empresas privadas explorarem as ZPEs.

As ZPEs garantem isenção de IPI, PIS/Confins e adicional de frete de marinha mercante (AFRMM) nos insumos importados — e também adquiridos internamente. A isenção vale até mesmo para investimentos em parques fabris, do projeto à construção. As ZPEs não conflitam com benefícios regionais e também isenta de ICMS e ISS.

— As ZPEs são um porto seguro para empresas que poderão perder isenções com a reforma tributária — diz Bruno Carlesso, diretor jurídico da Imetame. A concessão da ZPE é válida por 20 anos, prorrogável por mais 20.

As ZPEs são basicamente um condomínio industrial onde as empresas instaladas precisam comprovar que estão agregando valor. A ZPE da Imetame é fruto de um investimento de R\$ 85 milhões e nasce com capacidade de 500 mil m², o que permite a instalação de umas 10 empresas de médio porte. A empresa já tem negociação para quadruplicar a área, a depender da demanda.

A ZPE de Aracruz será instalada no complexo portuário que a Imetame está construindo no município e que terá capacidade para receber o New Panamax ou 366, o maior-contêiner do mundo, com tamanho para transportar dez Cristos Redentor enfileirados. Será o primeiro porto da América do Sul apto a receber o New Panamax em sua capacidade plena.

O porto está previsto para entrar em operação no 1o semestre de 2025, inicialmente com operação de contêiners e, posteriormente, grãos. O investimento é de R\$ 1,7 bilhão e a Imetame não só vai gerir como está construindo ela própria a infraestrutura.

De capital fechado e com praticamente um único dono, Ettore Selvatici Cavallieri, a Imetame deve faturar R\$ 1,3 bilhão este ano, com negócios que vão desde a montagem e manutenção de plantas industriais à exploração de óleo e gás, mineração, beneficiamento de rochas, dragagem e logística.

Avesso a entrevistas, Cavallieri se formou no Senai e iniciou a carreira como torneiro mecânico da Aracruz Celulose. Em 1980, resolveu empreender criando uma empresa de solda e caldeiraria, a ImetameMetalMecânica, que deu origem do grupo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/07/2023

HADDAD DIZ QUE HÁ UMA 'COLEÇÃO DE FATORES' PARA A QUEDA NA TAXA BÁSICA DE JUROS

A taxa atual está em 13,75% ao ano e a expectativa majoritária de redução é na base de 0,25 pontos, em agosto

Por Renan Monteiro



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad – Foto : Diogo Zacarias

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quinta-feira que há um conjunto de indicadores favoráveis para a queda da taxa básica de juros (Selic). Uma nova decisão do Banco Central ocorrerá na próxima semana, no dia 2 de agosto.

A taxa atual está em 13,75% ao ano e a expectativa majoritária é de redução na base de 0,25 pontos. Até o

fim do ano, o mercado projeta uma taxa de 12%.

— Tem uma coleção de fatores para a Selic baixar — afirmou Haddad, ao ser questionado se a nova classificação do Brasil na agência de classificação de risco Fitch ajuda a consolidar a queda na Selic.

Na quarta-feira, agência subiu a nota do Brasil de "BB-" para "BB". Na prática, a decisão da Fitch colocou o Brasil a duas notas para conseguir o chamado o grau de investimento — uma espécie de "selo" de bom pagador, que atesta a capacidade de um país honrar seus compromissos no longo prazo.

Inflação

Para a decisão sobre juros, o Comitê de Política Monetária (Copom) está com a lupa nas expectativas de inflação e na evolução do índice de preços. Com alívio em produtos como alimentos e combustíveis, o IPCA registrou em junho a primeira deflação em nove meses.

Houve queda de 0,08% e, nos últimos 12 meses, o IPCA acumula alta de 3,16%. Trata-se da menor taxa desde setembro de 2020. O mercado projeta aumento para este segundo semestre, mas a expectativa é pelo índice de preços abaixo de 5%.

Um dos indicadores observados minuciosamente pelo BC antes de decidir sobre a taxa de juros é o chamado “núcleo da inflação” - uma métrica que acompanha os preços com comportamento mais estáveis, sem variações bruscas, como no caso dos preços de alimentos e energia.

No Relatório de Inflação trimestral publicado em junho, o BC informou que a média dos núcleos acumulou alta de 6,72% em 12 meses até maio - bem acima do índice geral de inflação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/07/2023

IMETAME INAUGURA NO ESPÍRITO SANTO A PRIMEIRA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO PRIVADA DO PAÍS

Grupo capixada que fatura R\$ 1,3 bilhão vai instalar a ZPE junto com o complexo portuário que está construindo em Aracruz

Por Mariana Barbosa

O grupo capixaba Imetame inaugura hoje a primeira a Zona de Processamento e Exportação (ZPE) privada no país, em Aracruz, no Espírito Santo. Funcionando em um regime similar ao da Zona Franca de Manaus, as ZPEs são um regime de livre comércio para estimular a exportação de produtos com maior valor agregado.

Hoje existem duas ZPEs administradas pelo poder público — no Ceará e em Pernambuco — e outras 9 também públicas autorizadas, mas ainda não abertas. Desde 2021, com a aprovação de um novo marco regulatório, abriu-se a possibilidade de empresas privadas explorarem as ZPEs.



Projeção em 3D do novo complexo portuário de Aracruz – Foto : Divulgação

As ZPEs garantem isenção de IPI, PIS/Confins e adicional de frete de marinha mercante (AFRMM) nos insumos importados — e também adquiridos internamente. A isenção vale até mesmo para investimentos em parques fabris, do projeto à construção. As ZPEs não conflitam com benefícios regionais e também isenta de ICMS e ISS.

— As ZPEs são um porto seguro para empresas que poderão perder isenções com a reforma tributária — diz Bruno Carlesso, diretor jurídico da Imetame. A concessão da ZPE é válida por 20 anos, prorrogável por mais 20.

As ZPEs são basicamente um condomínio industrial onde as empresas instaladas precisam comprovar que estão agregando valor. A ZPE da Imetame é fruto de um investimento de R\$ 85 milhões e nasce com capacidade de 500 mil m², o que permite a instalação de umas 10 empresas de médio porte. A empresa já tem negociação para quadruplicar a área, a depender da demanda.

A ZPE de Aracruz será instalada no complexo portuário que a Imetame está construindo no município e que terá capacidade para receber o New Panamax ou 366, o maior-contêiner do mundo, com tamanho para transportar dez Cristos Redentor enfileirados. Será o primeiro porto da América do Sul apto a receber o New Panamax em sua capacidade plena.

O porto está previsto para entrar em operação no 1o semestre de 2025, inicialmente com operação de contêineres e, posteriormente, grãos. O investimento é de R\$ 1,7 bilhão e a Imetame não só vai gerir como está construindo ela própria a infraestrutura.

De capital fechado e com praticamente um único dono, Ettore Selvatici Cavallieri, a Imetame deve faturar R\$ 1,3 bilhão este ano, com negócios que vão desde a montagem e manutenção de plantas industriais à exploração de óleo e gás, mineração, beneficiamento de rochas, dragagem e logística.

Avesso a entrevistas, Cavallieri se formou no Senai e iniciou a carreira como torneiro mecânico da Aracruz Celulose. Em 1980, resolveu empreender criando uma empresa de solda e caldeiraria, a ImetameMetalMecânica, que deu origem do grupo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/07/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRASIL COMEÇA A EXPORTAR 'LÍTIO VERDE' E ATRAI MULTINACIONAIS PARA O VALE DO JEQUITINHONHA

Produção de lítio e seus derivados pode receber investimentos de cerca de R\$ 15 bilhões até 2030; região concentra 85% do lítio já identificado no País e vem sendo chamada de "vale de lítio"

Por Cleide Silva

O mercado global de carros elétricos, previsto para atingir venda anual de 40 milhões a 50 milhões de unidades em 2030, tornou o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, um grande atrativo para multinacionais de extração de lítio, minério essencial para as baterias e hoje já chamado de "ouro branco" por causa da alta demanda. Além da abundância do mineral, a região tem se destacado com apelo que chama a atenção de investidores – o de fornecer lítio verde, produzido de forma mais sustentável em relação a fabricantes tradicionais de outros países.

O marketing foi inaugurado pela Sigma Lithium, empresa criada no Brasil, registrada no Canadá, inscrita na bolsa americana Nasdaq e que nesta semana entrou para a B3. O grupo iniciou operações comerciais em abril nas cidades de Araçuaí e Itinga com investimentos de R\$ 3 bilhões e se prepara para novo aporte de R\$ 400 milhões para ampliar a produção.



Mina de Lítio na cidade de Araçuaí, nordeste de Minas Gerais, da mineradora Sigma Lithium Foto: TABA BENEDICTO

Mais três grandes mineradoras internacionais estão se instalando no Vale do Jequitinhonha – a americana Atlas, a australiana Latin Resources e a canadense Lithium Ionic, todas com projetos de produção sustentável, na linha do que faz a Sigma. Outra australiana, a Si6 Metals, adquiriu neste mês 50% da Foxfire, empresa brasileira que comercializa áreas de mineração e detém ativos na região e em outros

Estados. As gigantes Rio Tinto e Vale também avaliam projetos na região.

As duas empresas que já atuam na mineração de lítio em Minas Gerais, a Companhia Brasileira de Lítio (CBL) e a AMG Brasil, têm programas de ampliação para também disputar o mercado de baterias automotivas.

O Ministério de Minas e Energia (MME) calcula que a produção de lítio e seus derivados pode receber investimentos de cerca de R\$ 15 bilhões até 2030 apenas no Vale do Jequitinhonha. A região concentra 85% do lítio já identificado no País e vem sendo chamada de “vale de lítio” – área que envolve 14 municípios.

“Nós desmitificamos o risco de realizar investimentos em processos verdes na indústria do lítio”, diz a CEO da Sigma, Ana Cabral Gardner.

Os argumentos para a produção sustentável são o não uso de produtos químicos nocivos no processo produtivo, inexistência de barragens e reaproveitamento de 100% da água contaminada retirada do Rio Jequitinhonha e tratada na mina. Um grande diferencial em relação à maioria das mineradoras em outras partes do mundo é a disponibilidade da energia 100% renovável.

Além do lítio processado (pré-químico), que teve seu primeiro lote de 15 mil toneladas embarcados para a China nesta quinta-feira, 27, a Sigma exportou outras 15 mil toneladas de rejeitos do processamento para o mesmo importador, a empresa Yahua, que por sua vez transforma o insumo em hidróxido de lítio para grandes fabricantes de baterias, como a LG e CATL. O mineral brasileiro estará em automóveis de marcas como Tesla, Volkswagen, Ford e General Motors.



Mina de lítio na cidade de Araçuaí, nordeste de Minas Gerais, da mineradora Sigma Lithium Foto: TABA BENEDICTO

“Como não utilizamos químicos nocivos, nossos rejeitos são valiosos pois têm os mesmos metais do produto principal, em concentração bem menor, mas que são reaproveitados para a própria produção de baterias”, explica Ana Cabral, que tem acordo de exportar 300 mil toneladas de rejeito em três anos. A parte que fica de sobras de rochas é usada para recapeamento de estradas de terra da região, em parceria com as

prefeituras.

Para completar o status de zero carbono, a Sigma adquire créditos da Amazônia para compensar, por exemplo, emissões do diesel usado nos caminhões de transporte e material químico dos explosivos. “A Sigma não é uma mineradora, é uma planta industrial em escala mundial que multiplica o preço do seu lítio”, afirma Ana Cabral.

Por ser um mineral de alta concentração e ser processado de forma considerada mais sustentável, seu preço de mercado é bem superior aos de muitos fabricantes, chegando a US\$ 4 mil por tonelada. Nesse ano, o grupo espera processar 130 mil toneladas de minério, volume que, anualizado, chegará a 277 mil toneladas operando com uma cava. Beneficiado, o lítio será usado em baterias de 360 mil veículos.



Jazidas de lítio na cidade de Araçuaí, nordeste de Minas Gerais, explorado pela mineradora Sigma Lithium Foto: TABA BENEDICTO

Com duas novas cavas que devem entrar em operação a partir de 2024, o volume beneficiado será suficiente para mais de 1 milhão de automóveis. “Há um estudo para uma quarta planta em 2025 e, se as análises indicarem sua viabilidade, vamos aumentar o tamanho do investimento em cerca de R\$ 400 milhões”, informa a executiva.

Mesmo com seu “selo verde” reconhecido pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o projeto da Sigma tem algumas restrições. “O princípio de ter uma mina de 2 quilômetros com 400 metros de profundidade a céu aberto contradiz o discurso de sustentabilidade”, afirma o geógrafo e professor do Instituto de Geociências do Departamento de Geologia da UFMG, Klemens Augustinus Laschefski. “É uma movimentação muito grande de terra para obter 6% de lítio do material que retiram da mina.”

Alemão que vive no Brasil desde 1999, ele é pesquisador de temas ligados ao meio ambiente e acompanha projetos de desenvolvimento de minas no Vale do Jequitinhonha. “Mapeamos conflitos ambientais que envolvem comunidades afetadas por grandes empreendimentos”, explica. Um dos receios é que o avanço das minas da Sigma e de outras empresas provoque a destruição ou expulsão de comunidades tradicionais como quilombolas, ribeirinhos e indígenas.



Lítio após processo de britagem pronto para comercialização Foto: TABA BENEDICTO

Poeira, barulho e rachaduras em casas também são reclamações de moradores do bairro mais próximo à mina da Sigma em Itinga, chamado de Piauí Poço Dantas. José Uelton Gomes de Jesus, de 23 anos, reclama principalmente da poeira e do barulho causados pelas máquinas de perfuração, em especial no período noturno.

“Acabou nosso sossego, não conseguimos mais dormir à noite; a cabeça fica tinindo”, diz ele, que tem duas irmãs que trabalham na Sigma. Por outro lado, ele elogia a melhora das ruas de terra, que receberam cascalhos, a instalação de caixas de água nas casas e a entrega de cestas básicas feitas pela empresa.

“A poeira é demais, ninguém mais aguenta”, emenda Rogério Alves Santos, de 48 anos. A vizinha Maura Ribeiro dos Santos, de 56 anos, mostra rachaduras na parede de sua casa com reboco à mostra que podem ter sido causadas pelos tremores provocados pelas explosões feitas na perfuração da terra. “Minha mãe, de 96 anos, sofre muito com a poeira à noite”, conta ela, que também tem dois filhos contratados pela empresa.



Moradora diz que há rachaduras na casa por causa da mina Foto: TABA BENEDICTO

Ana Cabral afirma que a empresa trabalha para reduzir esses problemas. Sistemas de ré que apitam durante as manobras dos caminhões à noite foram desligados. O grupo utiliza uma tecnologia orgânica que usa polímeros e aramado para gramar a terra amontoada das escavações e parte da água que sobra do processo industrial é borrifada nas estradas por caminhões pipa.

A Sigma também tem um sistema eletrônico que controla as explosões, fazendo com que as vibrações de solo sejam reduzidas em 50%, além de emitir metade da emissão de carbono. Após reclamações, a empresa instalou um sismógrafo digital no centro do Poço Dantas para medir a vibração em cada explosão. “É impossível, pelas leis da física, que a vibração tenha causado as rachaduras das casas”, diz a executiva.

Em maio, após recomendação do Ministério Público de Minas Gerais, a licença de pesquisa para exploração mineral em uma região de Araçuaí chamada de Chapada do Lagoão foi suspensa. A alegação era que se tratava de território de preservação ambiental e hídrica. A Sigma suspendeu o processo e não pretende voltar à essa área.



Samira Rezende Trindade, titular da segunda Promotoria de Justiça em Araçuaí e coordenadora da Cimos (Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais do Vale do Jequitinhonha, que engloba mais de 50 municípios), informa que, embora a Sigma tenha acatado a medida, há outra mineradora explorando a Chapada do Lagoão há mais tempo, mas o tema está sendo tratado pela Câmara Temática de Mineração em Belo Horizonte.

A ação que ela trabalha agora envolve a comunidade de Piauí Poço Dantas para mitigar os problemas que os moradores relataram e que, segundo ela, foram comprovados. Ela também cita alta de preços de aluguéis que inviabilizam estudantes de áreas rurais morarem próximo à escola técnica local e aumento da criminalidade e do tráfico de drogas.

“Estamos preparando um documento, junto com os moradores, com propostas de alternativas para mitigar os problemas sociais causados com a vinda da empresa, principalmente para populações mais vulneráveis, e será entregue nos próximos dias”, diz Samira. “É uma tentativa de solução extra judicial da empresa com o MP.”

Oportunidades

Para Ricardo Matos, sócio da KPMG na área da mineração, é inegável que o impacto da atividade é alto, mas ele avalia que as empresas aprenderam muito nos últimos anos, inclusive após os acidentes de Mariana e Brumadinho, e estão adotando programas e tecnologias para evitar problemas ambientais e sociais. “Percebo uma preocupação grande do setor em fazer mineração da forma mais sustentável possível.”

Ele acredita que as novas empresas que começam a atuar na extração de lítio ou de outros minerais estratégicos que serão necessários para as baterias de carros elétricos, vão gerar novas oportunidades para o Brasil, empregos, renda e desenvolvimento econômico, principalmente no Vale do Jequitinhonha, historicamente com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixo do que a média de outras regiões de Minas Gerais, “É uma oportunidade que não podemos perder no processo de descarbonização.”

Matos ressalta que há uma corrida global pelo lítio e vai ganhar a competição países produtores que tiverem, além dos recursos minerais, estabilidade econômica e política, mão de obra qualificada e oferecer segurança jurídica. “O setor deve aumentar muito seus investimentos e isso terá retornos para a sociedade.”

Um pouco desse retorno já é possível verificar em Araçuaí, cidade de 34 mil habitantes (segundo o último Censo), que espera ver seu Produto Interno Bruto (PIB) crescer 47%, para R\$ 497 milhões no primeiro ano de atividades da Sigma em razão de novas atividades econômicas e dos royalties que a empresa começará a pagar no início de agosto. A vizinha Itinga, com 13,8 mil habitantes, prevê alta de 135% no PIB, para R\$ 278 milhões. O grupo vai empregar diretamente 1 mil funcionários.

Um novo hotel está em construção em Araçuaí e outros dois estão sendo ampliados, além de novos restaurantes e posto de combustíveis. “Está faltando mão de obra”, diz Maurício Martins Andrade, proprietário do hotel Village. “Minha filha que mora no Canadá há cinco anos está voltando com o marido para trabalhar comigo.”

Participantes de projetos sociais desenvolvidos pela Sigma também relatam melhoras nos empreendimentos. Produtor de rosas do deserto, os agricultores José Jurandir Alves e a esposa Beatriz triplicaram a plantação depois que a empresa construiu uma pequena barragem no sítio para captar água da chuva e usar na irrigação.

Agora ele está dobrando a área de plantio e diz que logo terá de contratar um ajudante. “Antes, quando eu plantava limão, precisava vender 20 quilos na feira para conseguir R\$ 50; hoje consigo isso com a venda de um vaso de planta”.



Jose Jurandir Alves Esteves, de 53 anos, produtor de rosa do deserto e suculentas vai dobrar área plantada
Foto: TABA BENEDICTO

Enquanto amassa e recheia pasteizinhos com velocidade que impressiona, Eliana Pereira dos Santos conta que vende, ente 800 e 1,5 mil salgadinhos por semana após adquirir um forno industrial com empréstimo de R\$ 2 mil que conseguiu por meio de um programa de mulheres empreendedoras do qual a Sigma participa. “Antes eu tinha só um fogão de duas bocas e vendia de 50 a 200 salgadinhos por semana”.

O empréstimo, diz Eliana, teve cinco meses de carência para começar a ser pago em 12 parcelas com juro total de menos de R\$ 100. Quando terminar as prestações, ela pretende pedir novo empréstimo para comprar um fogão maior.

O coordenador de processos minerais do Centro de Tecnologia Mineral, unidade de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, Paulo Braga, também reconhece os problemas ambientais e sociais provocados pela mineração, mas acredita que as oportunidades que surgirão podem compensar. “Vai ter vários problemas, mas acho que o benefício vai ser muito maior, econômico e social, com melhoria da qualidade de vida na região, do poder aquisitivo da população, mais empregos e mais formação de pessoal.”

Quarta maior



Com as três plantas de processamento que vai operar a partir de 2024, a Sigma Lithium deve atingir capacidade de 766 mil toneladas de lítio ao ano, o que pode fazer da empresa a quarta maior produtora do mundo. Hoje, a companhia que tem valor de mercado de US\$ 4 bilhões e disputa a sétima posição, após perder dois postos depois da junção de duas grandes mineradoras. “Nosso plano é ter quatro linhas rodando no futuro e nos transformar na Vale do lítio”, afirma a CEO do grupo, numa comparação com uma das maiores mineradoras do mundo.

Mina de lítio na cidade de Araçuaí, nordeste de Minas Gerais, da mineradora Sigma Lithium Foto: TABA BENEDICTO

Hoje, as maiores fabricantes são a americana Albermale, a chilena SQM, as australianas Pilbara e Mineral Resources, a Livent/Allkem – fusão de grupos argentino e americano/australiano – e as chinesas Tianqi e Ganfeng. No ranking de países produtores, o Brasil aparece em quinto lugar, mas muito distante dos quatro primeiros (ver quadro). Mas especialistas e fabricantes apostam no potencial de

crescimento do País.

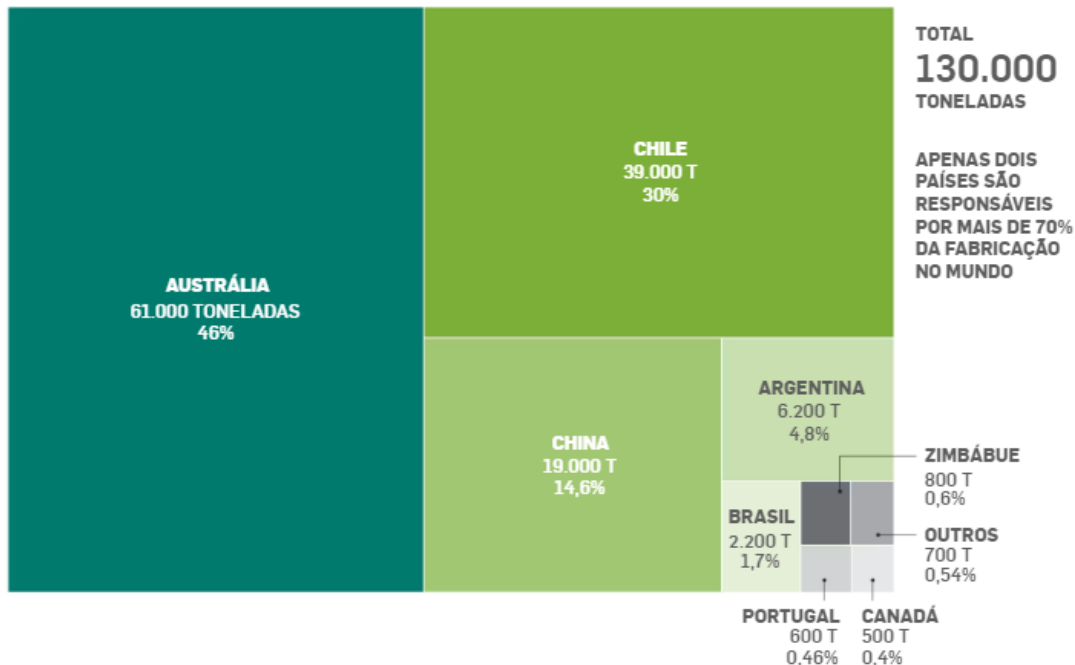
Ana Cabral também é sócia da A10 Investimentos, detentora de 47% das ações da Sigma, que tem chamado atenção de grandes grupos, como a Tesla, que já teria avaliado a compra da empresa brasileira/canadense. O grupo também tem planos de ampliar atuação e avançar na cadeia produtiva, nacionalizando a etapa que transforma o lítio em catodo, processo hoje feito na China.

Única a operar no País com alta escala de produção, a Sigma terá grandes concorrentes em dois a três anos. Uma delas, a australiana Latin Resources, espera iniciar operações em 2026. O grupo deve concluir este ano a fase de sondagem de uma área em Salinas. O licenciamento deve ser obitdo no fim de 2024 e as operações efetivas de mina e planta de processamento de lítio começarão em 2026.

Ouro branco

Os maiores produtores globais de lítio em 2022

PRODUÇÃO EM TONELADAS / PARTICIPAÇÃO EM PORCENTAGEM



Fonte: USGS

ESTADÃO

O grupo deve investir inicialmente cerca de R\$ 1,3 bilhão no projeto que começará com capacidade anualizada de 270 mil toneladas de concentrado de lítio e chegar em 2028 com 1 milhão de toneladas. Diferente da Sigma, que terá várias cavas, a Latin terá uma única mina que, em dez anos, deve atingir 300 metros de profundidade e 2 quilômetros de comprimento e 1 quilômetro de largura.

Mauro Lopes, gerente da empresa no Brasil, afirma que o grupo vai seguir basicamente os processos produtivos da Sigma, mas, “melhorado” em razão de ter mais tempo para aperfeiçoamento. “Nosso lítio será verde metálico”, brinca. Segundo ele, a vantagem do lítio verde é que o produto brasileiro não terá restrição entre os grandes consumidores que têm metas agressivas de descarbonização, como os Estados Unidos e Europa. “Nosso lítio vai ter mais valor pois nenhum outro país tem energia limpa como nós; a China, por exemplo, usa muito carvão”.

Lopes informa também que não há bairros ou comunidades tradicionais próximo à área. Com 15 anos de atuação no mercado de minérios, a Latin realiza atualmente sondagens para futuras plantas de lítio na Austrália, Argentina e Peru. O Brasil será o primeiro país do grupo a ter uma planta de extração e mineração.



Processo de purificação do lítio Foto: Douglas Magno / AFP

A canadense Lithium Ionic deve concluir no fim do ano a pesquisa geológica e definição de reservas de espodumênio – o mineral que contém lítio – para produção de carbonato e hidróxido de lítio utilizado nas baterias nos municípios de Itinga e Araçuaí.

O presidente da companhia, Hélio Diniz, afirma que a escala do projeto de Itinga ainda não está definida, mas deve ser de cerca de 200 mil toneladas de concentrado



de lítio ao longo de 15 anos. O outro projeto prevê a produção aproximada de 50 mil toneladas durante 5 anos. “Caso as licenças ambientais e sociais sejam concedidas até meados de 2024 a produção pode ocorrer já em 2025”, afirma.

Indústria química

Diferente da Sigma e da Latin Resource, a Ionic teve de fazer a maior parte de suas explorações por minas subterrâneas. Segundo ele, essa escolha vai refletir em impacto ambiental bem menor, assim como nas comunidades locais onde a companhia já realiza projetos sociais.

Diniz ressalta que a operação também será sustentável. “Não há como ser diferente”, enfatiza. O grupo tem ações listadas na Bolsa de Toronto e no mercado secundário dos EUA, e trabalha para listar a empresa na Nasdaq ainda este ano. Diniz não revelou valores de investimentos.

Na região desde 1991 com produção de lítio em Araçuaí inicialmente voltada à indústria farmacêutica, de lubrificantes, cerâmica e nuclear, a Companhia Brasileira de Lítio (CBL) começou a produzir e exportar o insumo para baterias no ano passado, informa o CEO da empresa, Vinícius Alvarenga.

Segundo ele, o grupo tem também uma indústria química, em Divisa Alegre, que já adianta o processo de transformação do lítio pré químico em carbonato e hidróxido, chamada de produção integrada, fase que a Sigma, por exemplo, repassa para a China fazer. Um dos clientes da empresa é a matriz chinesa da BYD, grupo que recentemente anunciou uma fábrica de carros e caminhões elétricos na Bahia, além de baterias para veículos pesados.

Independente do método de produção, se a empresa cumpre os padrões e a regulação ambiental ela é verde

Hélio Diniz, presidente Lithium Ionic

Com produção inferior em relação a das novas empresas, CBL produz atualmente 45 mil toneladas por ano de minerais, sendo que 30 mil são exportadas. Parte vai para a planta química para ser transformada em hidróxido e apenas 1,2 mil toneladas é direcionada para baterias de veículos. “Temos planos de expansão tanto para a produção mineral quanto a química, mas como somos uma empresa de capital fechado ainda não divulgamos volumes e valores.”

A CBL também opera com minas subterrâneas que, segundo Diniz, tem a vantagem de subtrair apenas o mineral, sem movimentar rejeitos, o que ele afirma ser ambientalmente mais correto. O executivo não gosta da recente classificação de lítio verde. “Independente do método de produção, se a empresa cumpre os padrões e a regulação ambiental, ela é verde”, afirma.

A AMG, que opera fora do Vale do Jequitinhonha, não falou com a reportagem. Recentemente, o grupo anunciou investimentos de R\$ 1,2 bilhão para ampliar sua produção e construir uma planta química de lítio para beneficiar o lítio, com operações previstas para 2026. A Atlas não retornou pedido de entrevista.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/07/2023

GOVERNO CENTRAL REGISTRA DÉFICIT DE R\$ 45,2 BILHÕES EM JUNHO

Receitas no mês passado tiveram queda real de 22,2% em relação ao mesmo período de 2022

Por Eduardo Rodrigues e Amanda Pupo

BRASÍLIA - As contas do governo central registraram déficit primário em junho. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 45,223 bilhões. O resultado sucedeu o déficit de R\$ 45,014 bilhões em maio.

O saldo — que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central — foi o pior desempenho para o mês desde 2021, quando registrou déficit de R\$ 73,474 bilhões, em valores nominais. Em junho de 2022, o resultado havia sido positivo em R\$ 14,588 bilhões.

O resultado do mês passado ficou próximo das expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um saldo negativo de R\$ 45,30 bilhões, de acordo com levantamento do Estadão/Broadcast. O dado de junho ficou no intervalo das estimativas, que eram de déficit de R\$ 52,90 bilhões a R\$ 33,20 bilhões.

No acumulado do primeiro semestre do ano, o governo central registrou déficit de R\$ 42,509 bilhões, o pior resultado desde 2021. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era positivo em R\$ 54,293 bilhões.



Contas reúnem saldo de Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social Foto: Marcos Santos / USP

Em junho, as receitas tiveram queda real de 22,2% em relação à igual mês do ano passado. No acumulado do ano, houve baixa de 5,1%. Já as despesas subiram 4,9% em junho, já descontada a inflação. No acumulado de 2023, a variação foi positiva em 5,1%.

Em 12 meses até junho, o governo central apresenta um déficit de R\$ 41,5 bilhões — equivalente a 0,41% do PIB. A meta fiscal para 2023 admite um rombo primário de até R\$ 238,2 bilhões. No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado na semana passada, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um resultado deficitário de R\$ 145,4 bilhões nas contas deste ano, equivalentes a 1,4% do PIB. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, repetiu na quarta-feira que o governo ainda mira um déficit de 1,0% do PIB em 2023.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/07/2023

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

HIDROGÊNIO VERDE, VETOR PARA REINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Brasil poderá ter uma nova matriz elétrica inteira até 2040 destinada à produção do H2V

Por Ramos, Gannoum e Koloszuk



— Foto: Jose Antonio Alba/Pixabay

A viabilidade do Brasil na produção do hidrogênio verde (H2V) mais competitivo do mundo o coloca em uma perspectiva bem favorável de se tornar o maior fornecedor global do combustível e da molécula para mercados europeus, asiáticos, norte-americanos, mas também para o mercado local. E mais: pode estabelecer um caminho perene de reindustrialização, possibilitando a atração de novas fábricas, mais capital estrangeiro, novas oportunidades de negócios e novas tecnologias. Este fator se deve fortemente à quantidade de recursos renováveis que o país possui para produzir eletricidade, com destaque para as fontes eólica e solar.



O hidrogênio verde tem o potencial de representar entre 12% e 22% de toda demanda de energia no planeta até 2050. Segundo estudo da consultoria McKinsey, o Brasil poderá ter uma nova matriz elétrica inteira até 2040 destinada à produção do H₂V. Isso significa um total de US\$ 200 bilhões em novos investimentos no período, destinado à geração de eletricidade, novas linhas de transmissão e mais unidades fabris do combustível e de estruturas associadas, incluindo terminais portuários, dutos e armazenagem.

O país apresenta os melhores potenciais do planeta para geração de energia solar e eólica. Somadas, essas duas fontes respondem por cerca de 30% da matriz elétrica nacional, com 30 GW e 27 GW de capacidade instalada, respectivamente. E serão as fontes que responderam em maior grau em termos de oferta para os próximos 20 ou 30 anos.

Vetor energético, molécula e combustível primário, limpo e versátil, o hidrogênio verde tem o potencial de se tornar eixo estratégico na transição energética e descarbonização dos setores produtivos em geral, de diversos segmentos, inclusive em termos geopolíticos. Trata-se de um processo extremamente sustentável, que pode ser utilizado em diversas aplicações, eliminando de processos industriais - e de seus produtos - as emissões de gases de efeito estufa ou outros poluentes.

No contexto das mudanças climáticas, o hidrogênio verde apresenta-se, portanto, com uma importante tecnologia na direção da descarbonização de variados setores, tais como na indústria, como fonte de energia na forma de molécula para produção de fertilizantes e aço, para fornecer calor e energia elétrica e, mais especialmente, como matéria-prima em processos químicos, no transporte pesado, como combustível de aeronaves, navios e caminhões, além de aplicações no próprio setor elétrico, para armazenamento do combustível em baterias na geração de energia elétrica.

A indústria de cimento internacional, por exemplo, é uma das manufaturas mais poluentes, sendo responsável por 7% das emissões totais de CO₂ geradas pela atividade humana no mundo. E o hidrogênio verde pode ser utilizado para reduzir significativamente suas emissões. Também será essencial no setor siderúrgico, que ocupa o primeiro lugar nas emissões de CO₂ entre as indústrias pesadas no mundo, e o segundo maior consumidor de energia. E, na produção de fertilizantes nitrogenados verdes, pode reduzir em até 100% nas emissões de carbono no processo produtivo, trazendo benefícios importantes para o nosso agronegócio: segurança alimentar - uma vez que importamos 96% dos nossos fertilizantes nitrogenados, um diferencial ambiental relevante, em linha com o Acordo de Paris e com metas de net-zero, além de ser competitivo com os preços dos fertilizantes fósseis que importamos de países como a Rússia.

Embora apresente uma grande potencialidade, é fundamental o posicionamento assertivo do Brasil como um dos principais produtores do H₂V, de forma sólida e rápida, tendo em vista o rápido movimento da economia global em torno do tema. Do lado da demanda, os países europeus, principalmente, estão se movimentando para encontrar soluções de descarbonização dos seus processos produtivos, buscando novas cadeias de fornecimento, o Brasil é naturalmente o principal candidato.

Do lado da oferta, na América Latina, o Chile já se adiantou, com fortes políticas para a energia renovável e para o hidrogênio. Os EUA, com o Inflation Reduction Action (IRA), apresentaram um pacote de cerca de US\$ 400 bilhões para uma política industrial a partir da energia, pagando US\$ 3 por Kg de hidrogênio sob a forma de incentivos. Falta por aqui um aparato legal-regulatório que apresente as principais diretrizes para a produção do hidrogênio e a criação de mecanismos de incentivos, adaptados as condições brasileiras, uma vez que é sabido que o estado não tem recursos para fazer jus a pacotes de recursos, como ocorre nos países desenvolvidos.

Devido a sua vantagem comparativa do recurso natural e os ganhos de escala para a produção de energia renovável de forma competitiva, se faz necessária a priorização dessas fontes para produção do hidrogênio verde, uma vez que todo o racional para o crescimento desse setor é a descarbonização. Outro ponto importante é o mapeamento e estudo da competitividade da cadeia de

valor do H2V, inclusive como forma de identificar oportunidades e gargalos para o Brasil no âmbito de políticas públicas e incentivos.

O mundo avança em termos de políticas, com pelo menos 36 países que já tendo definidos planos para o desenvolvimento e uso do hidrogênio verde. No Brasil, a produção do hidrogênio e da amônia verde já é uma realidade, já temos plantas inauguradas e outras a serem inauguradas e implantadas, além de vários projetos com MOUs (memorandos de entendimento) assinados, que abrangem estados no Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. O interesse dessas empresas é na produção de H2V nos portos, onde há potencial demanda por esse combustível in loco e acesso à energia renovável competitiva, além da logística disponível para exportação a outros mercados. Mas também projetos no interior do País para consumo pela indústria local.

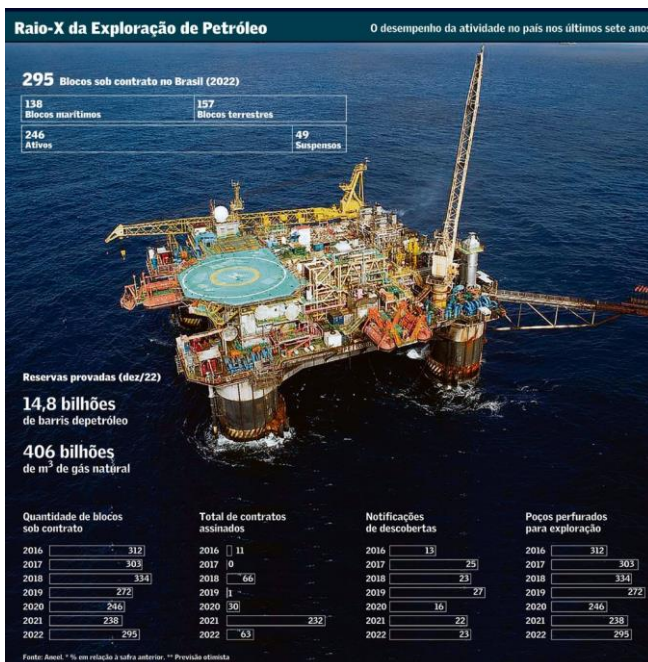
Com o hidrogênio verde brasileiro, o País pode vivenciar um ciclo nunca visto de ampliação do setor produtivo, desta vez com alta tecnologia para a promoção desenvolvimento sustentável, social e econômico que promovam a transição energética tanto no âmbito nacional quanto em nível global. Entretanto, se faz absolutamente necessário e urgente transformar esta potencialidade em realidade, ou, do contrário, perderemos o bonde da reindustrialização.

Camila Ramos é CEO da consultoria CELA - Clean Energia Latin America Elbia Gannoum é presidente da Abeeólica Ronaldo Koloszuk é presidente da Absolar e diretor da Fiesp

Fonte: Valor Econômico - SP
 Data: 27/07/2023

ANP CONSIDERA NECESSÁRIO INVESTIR MAIS NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

Agência vê declínio significativo na produção de hidrocarbonetos antes de 2030
 Por Fábio Couto e Kariny Leal — Do Rio



Para sustentar o atual nível de produção de petróleo e gás natural no país, é fundamental elevar o investimento na exploração de novas áreas para repor e mesmo ampliar as reservas da commodity, para atender as necessidades do país. Essa é a avaliação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que enxerga declínio significativo da produção de hidrocarbonetos no Brasil antes de 2030, considerando o atual nível de reservas provadas.

Na semana passada, a ANP apresentou um balanço da exploração de petróleo no país em 2022. Exploração é a atividade que avalia a eventual existência de petróleo ou gás natural em jazidas. Nesta etapa, petroleiras contratam equipamentos específicos para perfurar poços em busca de novos reservatórios.

No documento, Claudio Jorge de Souza, diretor da ANP, diz que é urgente vencer os obstáculos que ainda impedem a exploração em novas fronteiras, como as da Margem Equatorial. “É imperioso dar atenção ao elevado potencial existente nas bacias de nova fronteira, seja em mar ou em terra”, disse.

A agência salienta o “baixo desempenho” da área de exploração, especialmente nos últimos três anos. Segundo a ANP, 2022 foi o terceiro ano seguido sem a conclusão, pelas petroleiras, de análises e estudos para confirmar a existência de hidrocarbonetos, como levantamentos sísmicos 2D e 3D. “Tal fato, ainda que indesejável, não significa que não possam ter sido iniciadas campanhas



em 2022, mas que nenhuma campanha foi concluída nesse ano”, ressalta a ANP. É com os resultados dos estudos que se declara a comercialidade.

A ANP registrava 295 blocos de petróleo e gás natural sob contrato no país no fim de 2022, somando mais de 186 mil quilômetros quadrados (km²) de bacias. Do total, 138 são localizados em bacias marítimas, 55% da área contratada, e 157 estão situados em bacias terrestres (45% do total).

Dos 295 blocos contratados, 246 estão ativos e 49 com operações suspensas, sendo 20 deles localizados na Margem Equatorial, de acordo com o levantamento da ANP. “Em grande maioria, a suspensão devia-se ao atraso no processo de licenciamento ambiental”, destaca o estudo da agência.

O especialista no setor, Marcus D’Elia, da Leggio Consultoria, afirma que o principal ponto é que os investimentos para os próximos cinco anos garantam que o país alcance o nível máximo de produção dos 5 milhões de barris por dia em 2030. Hoje em dia, o patamar está em torno de 4 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) por dia.

“Nos últimos anos, os investimentos desaceleraram como efeito da pandemia, já que não tínhamos uma previsão clara de quanto ficaria o valor do barril de petróleo. Agora, acreditamos que o barril fique em torno de US\$ 60 a US\$ 80 pelos próximos oito anos. Mas hoje algumas outras forças de mercado se colocam na equação, como a transição energética, que se torna uma nova variável na avaliação de projetos.”

Para D’Elia, o Brasil tem vantagens competitivas neste momento, por oferecer boas condições de investimentos em cenário de transição energética.

A ANP registrou também assinatura, no ano passado, de 63 contratos, todos no regime de concessão, sendo 58 relativos ao terceiro ciclo de oferta permanente e cinco da 17^a rodada de licitação de blocos. É o maior número desde 2017.

O ponto de vista e os números da ANP foram divulgados em meio a um debate sobre a exploração de novas reservas de petróleo na Margem Equatorial brasileira, no momento em que projetos de descarbonização ganham corpo no país e no mundo, num esforço para cumprimento de metas para reduzir emissões de gases de efeito estufa.

A Petrobras tenta obter licenciamento ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a perfuração de um poço localizado na Bacia da Foz do Amazonas, no Amapá. Depois de ter a licença negada pelo Ibama, a empresa enviou novo ofício sobre o tema ao órgão há duas semanas, após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir, no início de julho, não ser necessária a apresentação de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) para explorar áreas que foram leiloadas.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/07/2023*

LULA TENTA MINIMIZAR DESGASTE COM POSSÍVEL PERDA DE ESPAÇO DO PSB

Caso Alckmin deixe Mdic, pasta pode continuar nas mãos de outro nome da sigla
Por Andrea Jubé — De Brasília

Apesar da resistência pública da cúpula do PSB à eventual redução do espaço da legenda no governo, um dos esboços da reforma ministerial submetido à análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contempla mudanças nas pastas comandadas pelo partido. Num dos movimentos considerados mais sensíveis, Lula teria que afastar o vice-presidente Geraldo Alckmin do comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

A se confirmar esse movimento, entretanto, o Mdic não entraria no lote de ofertas ao Centrão. Para reduzir o desgaste com o vice e com a legenda, a alternativa sugerida a Lula é de que o ministro

Márcio França, também do PSB, assumisse a cadeira de Alckmin, abrindo espaço para que o Ministério de Portos e Aeroportos fosse negociado com Republicanos ou Progressistas (PP).



Alckmin: Lula quer evitar desgaste com vice, que teve papel fundamental no diálogo do governo com setores produtivos, incluindo o agronegócio — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil - 20/6/2023

Inicialmente, o time de articuladores de Lula cogitou o afastamento de Alckmin do Mdic para confiar a pasta ao Republicanos, contemplando um dos pedidos da legenda, que já esteve à frente do ministério. O presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), foi titular do Mdic na gestão de Michel Temer, entre 2016 e 2018.

Outra opção encaminhada pelo Republicanos aos auxiliares de Lula para ingressar no governo foi a direção do Ministério do Esporte, pasta que o partido comandou na gestão Dilma Rousseff entre 2015 e começo de 2016, com o então deputado federal George Hilton (MG).

Esse pleito, entretanto, ensejou forte reação da ala feminina contra a diminuição das mulheres no primeiro escalão, já que a campeã olímpica Ana Moser está à frente do ministério.

Um auxiliar presidencial observou, em conversa reservada com o Valor, que diante da delicadeza da eventual requisição do Mdic ao vice-presidente, uma compensação seria manter a pasta na cota do PSB, de modo que nenhum dos quadros da legenda ficasse sem um posto de projeção no governo.

Se essa hipótese se confirmar, Lula daria missões especiais a Alckmin, a fim de empoderar ainda mais o vice-presidente. Nesses últimos sete meses, em que acumulou a função com o Mdic, o vice viabilizou a retomada do diálogo de Lula com o setor produtivo, incluindo o agronegócio.

Entre outros feitos, deu fôlego à indústria automotiva, com a entrega do pacote encomendado por Lula. Nos últimos dias, Alckmin tem cumprido uma intensa agenda de viagens, em visita às federações da indústria nos Estados. Na segunda-feira, tem agenda na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Em paralelo, se for necessário entregar Portos e Aeroportos ao Centrão, Márcio França permanecerá no primeiro escalão. Lideranças do PSB têm lembrado o papel do ex-governador na campanha: além de aproximar Alckmin e Lula, renunciou à disputa ao governo paulista para apoiar a candidatura de Fernando Haddad (PT), num dos gestos mais relevantes da campanha.

Mesmo com a preocupação de não tirar protagonismo de Alckmin e de manter França em um ministério, uma liderança do PSB disse ao Valor, em anonimato, que qualquer mudança seria muito ruim para a legenda, sobretudo porque os ministros do partido estão bem avaliados.

“Ainda que não se tenha mais gratidão na política, a memória continua firme”, criticou esta liderança do PSB ao lembrar o papel de Alckmin e França na vitória de Lula. Ele acrescentou que remanejar França seria prejudicá-lo politicamente, porque ele está desenvolvendo um projeto estratégico ligado ao Porto de Santos, município que é um de seus redutos eleitorais.

Até o momento, Lula não teve conversa definitiva sobre as mudanças no primeiro escalão com nenhum dos principais interlocutores, inclusive com Alckmin. A pauta, entretanto, tem sido monitorada de perto pela cúpula do PSB. No fim de semana, Alckmin encontrou-se com o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, que tem feito as críticas mais incisivas à eventual intervenção nos espaços do PSB para abrir espaço à entrada do Centrão no governo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/07/2023

BBM LOGÍSTICA E JSLINVESTEM R\$ 240 MILHÕES PARA ATENDER CONTRATOS DA CMPC

Ambos os contratos têm duração de cinco anos
Por Cibelle Bouças, Valor — Belo Horizonte



CMPC Celulose — Foto: Reprodução

Duas das maiores operadoras logísticas do país anunciaram nos últimos 15 dias investimentos de R\$ 240 milhões na aquisição de equipamentos e estrutura para atender contratos com a CMPC Celulose. Ambos os contratos têm duração de cinco anos.

A JSL vai investir R\$ 190 milhões para cumprir o contrato. A previsão da empresa é transportar 1,8 milhão de metros cúbicos de madeira por ano das

regiões gaúchas de São Gabriel e Santa Maria para Guaíba, no Rio Grande do Sul.

Nesta semana, a BBM Logística, um dos maiores operadores logísticos do Brasil e Mercosul, renovou por cinco anos um contrato com a CMPC Celulose Riograndense para transporte de papel e celulose.

Como parte do acordo, a BBM vai investir R\$ 50 milhões em equipamentos e infraestrutura para reforçar a operação de transporte de madeira dos campos de extração até a fábricas da CMPC. Com esse montante, o total investido pela BBM Logística para atender a CMPC em cinco anos soma R\$ 206 milhões. Os investimentos são destinados às operações de colheita florestal, carregamento e transporte.

A CMPC está investindo R\$ 2,75 bilhões no projeto BioCMPC, que engloba modernização da fábrica de Guaíba (RS) e ações de sustentabilidade. A produção da unidade será ampliada em 18%, segundo a companhia.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/07/2023

REFORMA TRIBUTÁRIA AUMENTARÁ A CARGA DE IMPOSTOS DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

Se texto atual for aprovado, IBS somado a fim dos benefícios fiscais vão impactar preços
Por Beatriz Olivon, Rafael Bitencourt e Lu Aiko Otta — De Brasília



Renata Emery: “O setor pode tentar repassar o aumento de tributação no custo final, apesar de sofrer com inadimplência” — Foto: Divulgação

A lei que indica quais serviços pagam ISS (Lei Complementar nº 116, de 2003) não inclui os de saneamento. Logo após a aprovação do texto pelo Congresso Nacional, o então presidente da República, Luiz Lula Inácio da Silva, vetou os dispositivos que instituíam a cobrança do tributo. Na época, alegou não ser de interesse público a

taxação dos serviços de saneamento ambiental e purificação de água.



Em 2019 chegou a ser apresentado um projeto de lei complementar (nº 155) que determinava a cobrança, mas o texto nunca foi deliberado. Agora, a versão mais recente da reforma tributária, a ser analisada pelo Senado, não prevê tratamento mais benéfico para o setor.

A Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) está contratando uma consultoria independente para estimar o impacto. O diretor-executivo da entidade, Percy Soares Neto, acredita que o aumento da tributação, se confirmado, resultará em uma “chuva” de pedidos de reequilíbrio contratual e consequente aumento de custo dos serviços de água e esgoto.

Soares avalia que a previsão de aumento poderá ser revertida na fase de discussão do texto no Senado. “A gente já abriu um diálogo muito bom com alguns parlamentares e com o próprio governo. Acho que o ‘jogo’ da reforma tributária ainda não acabou”, afirmou ao Valor. No governo, as conversas são mantidas com a Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério das Cidades.

“Previsão de aumento da carga tributária poderá ser revertida no Senado”

— Percy Soares Neto

O executivo da Abcon informou que pretende propor uma saída para evitar o aumento da tributação para os setores de infraestrutura, como um regime diferenciado. No caso específico do saneamento, é considerado até a alternativa de equiparação com a área de saúde.

“Vamos mostrar aos senadores o impacto do fim da isenção tanto nas tarifas quanto no ritmo dos investimentos”, diz Soares. “Precisamos chegar a uma proposta razoável tanto ao espírito reformista quanto à necessidade de levar saneamento para quem não tem”, acrescenta.

Se a discussão surgir durante os debates no Senado, o governo a avaliará, disse uma fonte do próprio governo. Ela comentou que a questão não chegou a ser levantada durante as discussões sobre a reforma tributária na Câmara dos Deputados.

De forma geral, o governo quer evitar novos tratamentos tributários especiais, para que não haja oneração do conjunto da economia. A alíquota básica do IBS e da Contribuição de Bens e Serviços (CBS) deverá ser fixada de forma a manter o atual nível de arrecadação. Quanto mais exceções na reforma tributária, maior terá de ser essa alíquota.

O técnico ressalta que não se deve levar em conta só a tributação ao consumidor final de produtos e serviços, mas a carga incidente em toda a cadeia, incluindo investimentos. Há ganhos de eficiência que impactarão toda economia e reduzirão custos das empresas, argumenta-se no governo.

“O setor sai do zero e vai para a alíquota máxima”, afirma André Carvalho, sócio da consultoria tributária do Veirano Advogados.

Além da isenção do ISS, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em 2013 que não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público (RE 607056). Alguns Estados têm regime de isenção, alíquota zero ou créditos do imposto, o que faz com que as concessionárias, em geral, também não paguem a alíquota cheia, segundo o advogado.

“Sai de zero [ISS e ICMS hoje] para uma alíquota que pode ser de 25% ou 30%. E a princípio não há alíquota reduzida para o setor”, afirma Carvalho. “Vemos um impacto grande no IBS e talvez na CBS também”, aponta. O advogado explica que algumas empresas, ao conseguirem no Judiciário o reconhecimento da imunidade recíproca (um ente público não pode cobrar tributo de outro) conseguem pagar PIS e Cofins no regime cumulativo, com a alíquota reduzida de 3,65%. Não há direito a créditos, porém, diz ele, ainda seria mais vantajoso.

Além dos tributos, pode haver impacto pelo fim de benefícios fiscais. Hoje o setor se beneficia do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que permite a aquisição da estrutura que será usada no saneamento com desoneração de PIS e Cofins.

Carvalho lembra que a ideia da reforma é ter um regime sem tantas exceções como hoje, mas pondera que alguns setores já conseguiram diferenciações, a exemplo da construção civil e do setor financeiro.

“Talvez a única boa notícia seja tomarem créditos sobre tudo”, afirma Leonardo Battilana, sócio da área tributária do mesmo escritório. “Mas não sabemos se no fim do dia vai manter a carga tributária do saneamento. Acho que vai onerar mais”, acrescenta. O advogado lembra que na PEC nº 110 havia previsão de incentivos para serviços de saneamento. Por isso, diz ele, a expectativa é que o setor recupere essa previsão no texto no Senado.

Segundo Renata Emery, sócia da área tributária do escritório TozziniFreire Advogados, o setor pode tentar repassar o aumento de tributação no custo final, apesar de sofrer com inadimplência. Para Emery, a tributação do setor, assim como de infraestrutura no geral (leia abaixo), aumenta a arrecadação porque são serviços consumidos por todos. “São os candidatos preferenciais para arrecadação”, afirma.

Segundo Claudio Frischtak, economista e presidente da Inter B Consultoria Internacional de Negócios, o setor consegue repassar eventual aumento de tributação ao preço e ainda manter um benefício para quem precisa, por meio de ‘tarifa social’. “Tem que se evitar a todo custo as exceções”, afirma. “Quanto maior o número de exceções, aumenta a taxa básica e você começa a distorcer, mesmo que distorções muito menores do que temos hoje”, acrescenta.

O economista ainda destaca que uma reforma tributária que traz simplificação melhora a situação de todos os setores.

Atualmente, o Brasil conta com déficit de 50% no serviço de coleta de esgoto. O setor estima que entre 13 milhões e 15 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada na torneira de casa. Desde a aprovação do marco do saneamento (Lei 14.026/2020), os governos têm tentado atrair mais investimento privado, que atualmente administra o atendimento de 26% da população.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/07/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ESTALEIRO SÃO MIGUEL PREVÊ FECHAR 2023 COM NÚMERO MAIOR DE DOCAGENS

Por Danilo Oliveira ESPECIAL NAVALSHORE 27/07/2023 - 17:40



Divulgação Bravante

Serviços para embarcações de terceiros e para unidades do grupo Bravante estão a 5 demandas de igualar quantidade de 2022. Estaleiro participará, pela primeira vez, como expositor, da Navalshore, que acontece entre 22 e 24 de agosto, no Rio de Janeiro

O Estaleiro São Miguel (RJ) se aproxima de igualar o número de docagens realizadas no ano passado. Até o momento, foram executadas 24 docagens, sendo 12 embarcações de terceiros e 12 unidades do grupo Bravante. Em 2022, foram 29, das quais 15 embarcações de terceiros e 14 embarcações da companhia. As instalações receberam embarcações dos segmentos de apoio marítimo e portuário. O estaleiro também aumentou o seu efetivo em 287% nos últimos 12 meses, com novas contratações em todos os níveis.

“Isso mostra que encerraremos o ano de 2023 com números superiores aos do ano passado”, disse o coordenador comercial do estaleiro, Marcos Porto. Na avaliação da Bravante, a implementação de novas práticas gerenciais contribuiu para o aquecimento das atividades de docagem e reparo no estaleiro. O grupo também destacou que a estabilidade operacional foi crucial para assegurar o pleno funcionamento e a permanência de uma mão de obra altamente qualificada para execução dos serviços durante o período de crise da construção naval.

Porto detalhou que uma variedade de embarcações de alto padrão foi docada no estaleiro. Ele citou PSVs (transporte de suprimentos), OSRV, (combate a derramamento de óleo), AHTS (manuseio de âncoras) e DSVs (suporte a mergulhos), além de rebocadores para assistência em manobras, salineiros para transporte de cargas e balsas para operações diversas. O coordenador salientou que, nos últimos meses, o estaleiro docou pela primeira vez em sua história um AHTS, que faz parte da frota offshore da companhia.

O Estaleiro São Miguel participará como expositor da edição 2023 da Navalshore, que acontece entre os dias 22 e 24 de agosto, no Rio de Janeiro (RJ). “É com muito orgulho que vamos participar da Navalshore pela primeira vez. Sem dúvidas, essa é uma oportunidade de encontrar novos parceiros, mostrar nosso potencial de construção e reparo na indústria naval e, acima de tudo, construir junto com os players o futuro do mercado que queremos”, afirmou à Portos e Navios.

Fundado em 1978, o Estaleiro São Miguel é considerado o responsável pela construção da 1ª embarcação OSRV no Brasil. O estaleiro possui dois diques e está localizado em São Gonçalo (RJ), no porto do Gradim. Nos últimos 10 anos, o estaleiro entregou: 8 OSRVs, 2 PSVs 4.500, 2 salineiros, 2 batelões e 4 rebocadores.

Porto considera inegável que as possibilidades de novas construções no setor marítimo tenham sido mais escassas nos últimos anos, porém considera que o cenário desafiador tem estimulado a indústria a encontrar e desenvolver estratégias para impulsionar o crescimento. “Qualquer que seja a resposta do mercado para isso, certamente o Estaleiro São Miguel estará preparado para atendê-lo”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/07/2023

SUNGAS INVESTIRÁ US\$ 2 BILHÕES EM USINA DE METANOL VERDE PARA ABASTECER OS NAVIOS DA MAERSK

Da Redação NAVEGAÇÃO 27/07/2023 - 16:38



A SunGas Renewables, com sede no Texas, EUA, instala uma nova subsidiária, a Beaver Lake Renewable Energy, que construirá uma fábrica de produção de metanol verde. Cerca de 400 mil toneladas métricas de metanol verde serão disponibilizadas por ano como combustível marítimo. O cliente principal será a frota de navios da Maersk movidos a metanol.

A SunGas informa que a fábrica utilizará fibra de madeira de florestas locais geridas de forma sustentável, acrescentando que o metanol teria uma intensidade negativa de carbono através do sequestro de quase um milhão de toneladas por ano de dióxido de carbono produzido pelo projeto.

O projeto custará aproximadamente US\$ 2 bilhões. A construção da instalação está programada para começar no final de 2024, com as operações comerciais iniciando em 2027.

“A AP Moller – Maersk está entusiasmada por fazer parceria com a SunGas Renewables, que é pioneira em um caminho verdadeiramente em larga escala para o metanol verde com sua instalação

de energia renovável de Beaver Lake. Gostaríamos de agradecer à SunGas Renewables por mostrar grande liderança e por seu compromisso com a transição verde da energia”, disse Emma Mazhari, chefe de mercados de energia da Maersk.

“Isso está ajudando a Maersk a fornecer serviços valiosos para nossos clientes e está alinhado com nosso objetivo de atingir zero emissões líquidas de efeito estufa até 2040. Juntas, como pioneiras no campo, a SunGas e a Maersk estão conduzindo uma transição muito necessária em uma indústria de poluição pesada. Esperamos que o trabalho possa ser acelerado ainda mais nos próximos anos.”

No final de 2022, a SunGas Renewables anunciou uma parceria estratégica de fornecimento de metanol verde para a Maersk.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 27/07/2023

PEDIDOS DE CONSTRUÇÃO NAVAL PARA PETROLEIROS DE PRODUTOS AUMENTAM EM 2023

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 27/07/2023 - 16:31



Após uma seca prolongada no pedido de novos navios-tanque e principalmente de produtos, a BIMCO está relatando um forte aumento nas encomendas desse tipo de embarcação no primeiro semestre. A entidade calcula que mais navios-tanque de produtos foram encomendados no primeiro semestre de 2023 do que o total em 2022.

A BIMCO calcula que no primeiro semestre um total de 8,9 milhões de dwt foi encomendado no segmento de navios-tanque de produtos, aumento de 337% na comparação ano a ano. O movimento é motivado pelo aumento nas taxas de frete e na

demanda pelo transporte.

A frota de navios-tanque de produtos vem envelhecendo gradualmente nos últimos dez anos e atualmente a média de idade é de 13 anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 27/07/2023

ARTIGO - O FUTURO COM A CHEGADA DO HIDROGÊNIO VERDE

Por Augusto Fernandes - OPINIÃO 27/07/2023 - 16:41



Augusto Fernandes é CEO da JM Negócios Internacionais

A chegada do hidrogênio verde ao Brasil tem despertado grandes expectativas. A assinatura de 30 Memorandos de Entendimento para produção de energia eólica e hidrogênio verde no Ceará representa uma grande oportunidade não apenas para impulsionar a economia por meio das exportações, mas também para estimular a criação de empregos e promover o desenvolvimento de mão de obra qualificada em todo o estado. Com projeções otimistas,

espera-se que esse novo setor seja responsável pela geração de mais de 80 mil empregos, criando oportunidades em diferentes níveis de formação e experiência profissional.

Uma das vantagens do desenvolvimento do mercado de hidrogênio verde é que as competências exigidas não serão necessariamente novas. Ao contrário, será preciso uma adaptação por parte dos profissionais já formados e em atividade em áreas relacionadas. Isso significa que aqueles que já possuem conhecimentos em energia, engenharia, química e áreas afins poderão encontrar novas oportunidades e contribuir para o crescimento desse setor promissor.

Dessa forma, espera-se que as vagas de emprego sejam criadas em diferentes áreas, abrangendo desde demandas mais simples até cargos de maior complexidade. No setor logístico, por exemplo, com a expansão das atividades relacionadas ao hidrogênio verde, será necessário o aumento do número de profissionais para gerenciar a movimentação e o transporte desses produtos. Além disso, o setor aduaneiro também será impactado, demandando a contratação de especialistas em questões regulatórias e comerciais.

No entanto, o desenvolvimento do mercado de hidrogênio verde não se limita apenas à produção e ao uso do próprio hidrogênio. Também é necessário investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Nesse sentido, serão necessários profissionais qualificados, como pesquisadores, projetistas e analistas de mercado, para impulsionar a evolução tecnológica, identificar novas oportunidades e estabelecer estratégias de negócios.

Além dos empregos diretos criados pela indústria do hidrogênio verde, é importante destacar que haverá um impacto positivo em toda a cadeia produtiva. Setores como a construção civil e a indústria de equipamentos e materiais relacionados também serão beneficiados. A demanda por infraestrutura de produção, armazenamento e distribuição de hidrogênio verde abrirá espaço para o surgimento de novos negócios e, conseqüentemente, para a contratação de mais pessoas.

No entanto, é válido ressaltar que o potencial de geração de empregos no setor de hidrogênio verde está condicionado à efetivação dos protocolos e planos de expansão. É fundamental que o governo, as empresas e demais atores envolvidos atuem em conjunto para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento dessa indústria, proporcionando incentivos fiscais, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e estabelecendo parcerias com instituições de ensino e formação profissional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/07/2023

SETOR DE EMBARCAÇÕES RECREATIVAS NO BRASIL TERÁ AUMENTO DE 200% NA PRODUÇÃO ATÉ 2025

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 27/07/2023 - 16:43



Estudo mostra que país tem enorme potencial de crescimento

A TCP Partners, boutique de investimentos e gestão, realizou um estudo setorial que apontou que o mercado de embarcações recreativas – que engloba as modalidades como lancha, veleiro, iate e jet-ski – será um setor de forte crescimento para o Brasil. Segundo dados da Associação Brasileira de Construtores de Barcos e seus Implementos (Acobar), do Conselho Internacional de Associações da Indústria Marinha (Icomia) e projeções da TCP Partners, a produção de embarcações recreativas no Brasil dobrará de tamanho entre 2019 e 2025, passando de 4,5 mil para 8,6 mil unidades, respectivamente, considerando uma taxa de crescimento anual composta de 13,7% (CAGR).

Ainda de acordo com o Icomia e estimativas da TCP para o ano de 2020, o Brasil produziu cerca de 4,5 mil embarcações recreativas, comparado com 3,9 mil, produzidas em 2019, e representando aproximadamente 1% da produção mundial. A receita mundial da indústria de embarcações foi de US\$119 bilhões em 2019 e em 2020 o faturamento estimado foi de US\$124,4 bilhões, apresentando um crescimento de 4,7%.

Em 2021, o crescimento continuou devido a procura por embarcações pelas famílias como alternativa de lazer, e representou expansões de 9,6%, um total de US\$ 124, 4 bilhões. Mesmo com o aumento dos custos das matérias primas, observou que as empresas que atuam no setor conseguiram vender ao consumidor final.



Ricardo Jacomassi, sócio e economista-chefe da TCP Partners, explica que o Brasil tem grande potencial de crescimento no mercado, devido a extensa costa marítima e rios, e um mercado secundário (seminovo) com elevada procura. “O Brasil ainda irá crescer muito no setor. Em 2021, o país atingiu o recorde de R\$ 2 bilhões e representando alta de 25% em relação ao ano anterior. De acordo com nossas previsões, o CARG entre 2019 e 2025 das vendas será de 14,8%, sendo que em 2025 o faturamento de todas as atividades do mercado será de R\$ 4 bilhões”, comenta.

Ainda de acordo com o levantamento, o total de vagas de estacionamento de embarcações recreativas (secas e molhadas) foi de 30,4 milhões em 2020. Os EUA e o Canadá representam cerca de 71%, sendo, os EUA é o país com mais vagas no mundo, com 13,1 milhões. O Brasil representou cerca de 0,2% das vagas mundiais com um total de 72 mil vagas.

Considerando o número de pessoas em relação ao de barcos existentes, em 2020, o Brasil apresentou a proporção de 2,9 mil pessoas por embarcação de recreação, seguido pela Turquia com 839 e Itália com 626, estando na lista dos países com menores densidade. Por outro lado, os países com maior densidade são o Canadá com 4 pessoas por embarcação, seguido pela Noruega com 7. Os EUA possuem a maior frota do mundo, com 25 pessoas por embarcação. O Brasil com cerca de 7,5 mil km de extensão de litoral e 60 mil km de águas navegáveis em rios tem chances de aumentar a densidade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/07/2023

PPSA DOBRA ARRECADAÇÃO PARA A UNIÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE

Da Redação OFFSHORE 27/07/2023 - 16:43



A Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), arrecadou R\$ 2,84 bilhões com a comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União no primeiro semestre de 2023. O resultado é mais do que o dobro do registrado no mesmo período de 2022, quando foi arrecadado R\$ 1,23 bilhão.

Neste primeiro semestre, foram comercializadas as parcelas de petróleo da União dos campos de Atapu, Mero, Sépia, Búzios e Tupi e de gás natural dos campos de Búzios, Sapinhoá, Tartaruga Verde e Tupi. Segundo Samir Awad, diretor de Administração, Finanças e Comercialização da PPSA, a expectativa é de que a empresa termine 2023 com uma arrecadação de cerca de R\$ 6 bilhões.

O resultado é superior ao valor recorde obtido em 2022, de R\$ 4,71 bilhões, e reflete o já esperado crescimento da produção proveniente dos contratos de partilha de produção.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/07/2023



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 27/07/2023